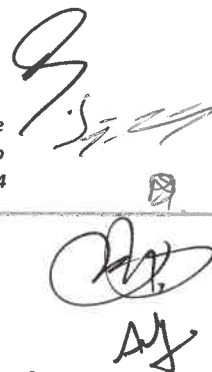




**IRMANDADE DA CASA DE
MISERICÓRDIA DE CASTRO DAIRE**
Instituição Particular de Solidariedade Social

RELATÓRIO DE GESTÃO
Ano findo em 31 de dezembro de 2024



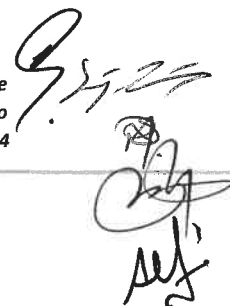
Índice

1	INTRODUÇÃO	3
2	MENSAGEM DA PROVEDORA	3
3	ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE E DA ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS	4
3.1	Estrutura de Rendimentos	4
3.2	Estrutura de Gastos	7
3.2.1	Gastos com pessoal	8
3.2.2	Fornecimento e Serviço Externo	8
3.2.3	Custo da Mercadoria Vendida e da Matéria Consumida	9
4	Autonomia Financeira e Endividamento	9
5	ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	10
5.1	Posição financeira	10
6	RESULTADOS POR RESPOSTA SOCIAL	11
6.1	Lar Padre Sebastião Vieira	11
6.1.1	Caracterização da Resposta Social	11
6.1.2	Principais objetivos	11
6.2	Lar S.Pedro	12
6.2.1	Caracterização da Resposta Social	12
6.2.2	Principais objetivos	12
6.3	Serviço de Apoio Domiciliário	13
6.3.1	Caracterização da Resposta Social	13
6.3.2	Principais objetivos	14
6.4	Unidade de Cuidados Continuados Integrados (UCCI)	15
6.4.1	Caraterização da Resposta Social	15
6.4.2	Principais objetivos	15
6.5	Creche	16
6.5.1	Caraterização da Resposta Social	16
6.5.2	Principais objetivos	17
6.6	Jardim de Infância	18
6.6.1	Caraterização da Resposta Social	18
6.6.2	Principais objetivos	18
6.7	Rendimento Social de Inserção	19
6.7.1	Caraterização da Resposta Social	19
6.7.2	Principais objetivos	19
6.8	Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão	20
6.8.1	Caraterização da Resposta Social	20
6.8.2	Áreas de Intervenção e Serviços	20
6.9	Lar São João de Deus (Lar Residencial e Residência de Autonomização e Inclusão)	21
6.9.1	Caraterização da Resposta Social	21
6.9.2	Principais objetivos	22
6.10	Centro de Dia	22
6.10.1	Caraterização da Resposta Social	22
6.11	Atividades de Tempos Livres	23
6.12	Cantina Social	24
5.12.1.	Caraterização da Resposta Social	24



6.13	Banco de Ajudas Técnicas	24
6.14	Outras Atividades Sociais	25
7	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	25
8	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	26
9	EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA INSTITUIÇÃO	26
10	GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS	26
10.1	RISCO DE CRÉDITO	26
10.1.1	Créditos sobre Clientes	26
10.2	RISCOS DE MERCADO	27
10.2.1	Risco de Taxa de Juro	27
10.3	RISCO DE LIQUIDEZ	27
11	ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES	27
11.1	Autorização para a emissão	27
11.2	Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço	27
12	OUTRAS INFORMAÇÕES / CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES LEGAIS E REGULAMENTARES	28
13	CONSIDERAÇÕES FINAIS	29





1 INTRODUÇÃO

A Santa Casa da Misericórdia de Castro Daire também designada Irmadade da Misericórdia de Castro Daire remonta à época medieval, originária das Confrarias de caridade, administradoras de albergarias e hospitais. Fundada em 1659, foi constituída inicialmente como Irmadade das Almas com objetivos piedosos.

Por Carta Régia de autorização do Rei D. Luís datada de 30/11/1861 a Irmadade das Almas passa a designar-se Irmadade da Misericórdia, criando a Santa Casa da Misericórdia, a mesma já havia nascido nesse mesmo ano, pelo Decreto-Lei de 6 de setembro, que a instituiu, marcadamente com objetivos sociais. Menos de dois anos depois da assinatura da Carta Régia, a Mesa Administrativa decidiu construir um novo Hospital em substituição da antiga albergaria, tendo o mesmo Rei autorizado a compra do terreno para o efeito e respetiva construção.

Após a conclusão das obras, o Hospital dispunha de duas enfermarias, uma para homens e outra para mulheres, uma sala de operações, quartos para doentes particulares e Irmãos de primeira classe, secretaria, cozinha e farmácia com os devidos compartimentos para laboratório.

A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Castro Daire, findo o exercício de ação e orçamento de 2024, vem, no cumprimento e observância das disposições legais e estatutárias, apresentar o relatório e contas da atividade desenvolvida, para ser presente à Assembleia Geral, onde deve ser apreciado, discutido e votado, nos termos da alínea c), do nº 4 do artigo 14º do Compromisso.

O presente relatório de gestão expressa, de forma apropriada, a situação financeira e os resultados da atividade exercida durante o ano findo em 31 de dezembro de 2024.

2 MENSAGEM DA PROVIDORA

Caríssimos Irmãos da Santa Casa da Misericórdia de Castro Daire,

Volvido um ano da última Apresentação das Atividades desenvolvidas e respetivas Contas, cumpre-nos fazer o devido Balanço e dirigir-vos algumas palavras.

Esta Instituição centenária nasceu para servir os mais desfavorecidos, porém, na atualidade, o nosso campo de ação é bem mais alargado, abrangendo toda uma Comunidade que usufrui dos nossos serviços. Situação que, por si só, constitui um desafio e imputa-nos enorme responsabilidade perante esse atual universo alargado, que vai desde a Creche, com crianças de tenra idade, até às Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas. Tal diversidade implica obviamente uma multidisciplinaridade, obrigando a que a nossa ação se desenvolva em vários quadrantes com a respetiva distribuição acertada de Recursos Humanos.



Assim, cada vez mais, é imperioso apostarmos na formação dos nossos trabalhadores, enquanto força motriz da nossa Instituição, e de forma que cada um consiga responder a estas exigências. Na verdade, as atividades desenvolvidas, de acordo com o que foi por nós proposto, só foram possíveis porque os nossos Recursos Humanos se empenharam grandemente para a sua realização, o que constitui motivo de muito orgulho para todos nós.

Enquanto, Provedora, ao leme de uma equipa Administrativa que nunca baixou os braços perante as adversidades de uma Instituição que labora num cenário de resultados negativos, resta-me dizer que foi a luta diária que nos fez chegar a um resultado, pese embora ainda negativo, francamente melhor que o registado no ano anterior. Algo temos por seguro: A luta continua, e o trabalho dá bons frutos!

A recente notícia da aprovação da nossa candidatura ao Fundo de Socorro Social, com a concessão de um subsídio no valor de 250.000,00 € (duzentos e cinquenta mil euros) para Equilíbrio Financeiro é disso exemplo. O que nos enche de esperança!

Os desafios multiplicam-se, e na mesma razão também se multiplicam as necessidades e os esforços necessários a tanto. Os nossos Órgãos continuam empenhados e tudo fazem para corresponder e continuar a cumprir tão nobre missão ao longo do ano de 2025, que ateu-se próspero, porém desafiante, já que vários são os novos projetos, sendo disso exemplo o alargamento da Resposta Social Creche, que contará com mais 48 vagas, fruto da aprovação da nossa candidatura ao PRR para tanto.

Como habitual, cumpre-me agradecer a todos os Órgãos Sociais, a todos os Irmãos, a todos os Utentes e suas Famílias, a todos os Beneméritos, a todas as Instituições que connosco colaboram e a toda a Comunidade em geral, rogando a Nossa Senhora da Misericórdia que nos ilumine e guie os nossos passos, com votos de muita saúde e a bênção de Deus.

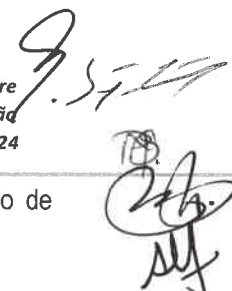
3 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE E DA ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS

3.1 Estrutura de Rendimentos

Composição dos rendimentos em 2024 e 2023, a sua variação absoluta e relativa (%):

Descrição	Em Euro			
	2024	2023	Δ Absoluta	Δ em % face a 2023
Vendas e prestações de serviços	4 173 891,47	3 768 738,00	405 153,47	10,75%
Outros rendimentos	156 037,86	104 813,34	51 224,52	48,87%
Subsídios à exploração	137 320,95	188 333,89	(51 012,94)	(27,09%)
Juros e rendimentos similares obtidos	3,98	10,73	(6,75)	(62,91%)
Reduções de provisões	0,00	3 000,00	(3 000,00)	(100%)
Total da estrutura de rendimentos	4 467 254,26	4 064 895,96	402 358,30	9,90%

De acordo com o ponto 6.6 e 6.7 da Norma Contabilística e de Relato Financeiros para Entidades do Setor não Lucrativo, o reconhecimento das verbas provenientes de acordos de cooperação entre o Estado



e as entidades do setor não lucrativo, em cumprimento da informação emanada da Comissão de Normalização Contabilística, datada de 24 de novembro de 2023, na qual esclareceu que:

- quando o pagamento da participação estiver dependente da variação da frequência dos utentes, está-se perante uma prestação de serviços; e,
- quando o pagamento da participação ocorrer independentemente da variação ou frequência dos utentes, são atribuídas tendo em vista suportar os custos de funcionamento, estando-se perante a atribuição de um subsídio à exploração.

Dado que, o pagamento das participações está dependente da variação da frequência dos utentes e, seguindo os critérios da NCRF-ESNL, a Entidade reclassificou as participações recebidas da Segurança Social, contabilizando as participações para a conta 729.

Detalhe das "Vendas e Serviços Prestados":

RUBRICAS	2024	2023	Variações 2024/2023
Prestação de serviços			
Utentes:			
Creche	4 161,34	18 714,32	(14 552,98)
Jardim de Infância	47 892,33	49 095,15	(1 202,82)
A.T.L.	16 628,74	19 904,05	(3 275,31)
Família e Comunidade	808,00	541,00	267,00
CAO -CACI	33 947,34	24 302,64	9 644,70
Lar Residencial	48 494,75	47 977,54	517,21
Residência Autónoma	7 417,80	7 417,80	-
Lares Idosos	783 488,51	702 590,21	80 898,30
Centro de Dia	30 113,74	32 445,99	(2 332,25)
Apoio Domiciliário	92 845,50	58 016,80	34 828,70
Gestao Camas Privadas	120 453,84	65 799,54	54 654,30
Unidade de Cuidados Continuados	163 891,14	138 321,15	25 569,99
OUTRAS ATIV. SOCIAIS (OAS)	1 645,48	1 321,77	323,71
VENDA ENERGIA -SU	569,64	1 078,93	(509,29)
Entidades Públicas			
CRECHE	378 653,50	278 883,12	99 770,38
JARDIM INFANCIA	57 615,78	46 751,52	10 864,26
ATL	6 985,98	11 768,82	(4 782,84)
Refeitórios Cantina Social	15 123,75	10 124,50	4 999,25
CACI	213 875,52	202 302,14	11 573,38
LAR RESIDENCIAL	397 649,97	356 756,99	40 892,98
RESIDENCIA AUTONOMA	76 564,65	109 491,53	(32 926,88)
ERPI	570 899,47	540 255,72	30 643,75
CENTRO DIA	13 211,78	15 737,21	(2 525,43)
SAD -SERV. APOIO DOMICILIARIO	125 359,15	114 878,80	10 480,35
Camas -Acordo Coop.(a Guarda) -ISS (viseu)	1 095,00	4 104,84	(3 009,84)
UCC - Média duração e reabilitação	62 944,00	67 518,30	(4 574,30)
UCC - Longa duração e manutenção	177 039,80	170 663,20	6 376,60
	3 449 376,50	3 096 763,58	352 612,92
Outras Entidades Públicas			
UCC - Média Duração e Reabilitação	423 794,69	400 165,06	23 629,63
UCC - Longa Duração e Manutenção	237 322,62	214 272,10	23 050,52
	661 117,31	614 437,16	46 680,15
Outros serviços			
Quotizações e jóias	7 995,00	5 408,00	2 587,00
Serviços secundários	55 402,66	52 129,26	3 273,40
	63 397,66	57 537,26	5 860,40
Volume de negócios	4 173 891,47	3 768 738,00	405 153,47

O aumento observado em "Vendas e Prestação de Serviços" deve-se, essencialmente, às atualizações das participações financeiras recebidas pela Instituição, referentes aos acordos de cooperação realizados com o Instituto da Segurança Social.



As valências que registaram variações mais significativas, nas mensalidades, foram:

- Lar de Idosos, apresenta um aumento face ao ano anterior no valor de 80.898,30 euros. O incremento observado diz respeito, principalmente, à entrada de 7 novos utentes;
- Gestão de Camas Privadas, observa-se um incremento no valor de 54.654,30 euros face ao período homólogo;
- O Apoio Domiciliário, comparativamente ao ano anterior aumentou no valor de 34.828,70 euros, resultante da atualização das mensalidades e do n.º médio de utentes; e,
- Creche, diminuiu face a 2023 no valor de 14.552,98 euros, resultante da medida do governo que permite que as crianças até aos três anos, possam usufruir gratuitamente das creches.

No que concerne às comparticipações, podemos constatar o seguinte:

- Lares de idosos subdivide-se em:
 - Lar de S.Pedro: tem a capacidade para receber 52 pessoas com graus variados de dependência com as mais diversas patologias clínicas, sendo o acesso reservado a maiores de 65 anos ou excecionalmente menores dessa idade, mas portadores de doença que justifica a institucionalização. Tem sido habitual a plena lotação das vagas existentes. Os utentes dividem-se tendo em conta o seu género por, 42 mulheres e 10 de homens com uma média de idades de aproximadamente 85 anos. São na sua maioria pessoas dependentes em grau elevado.
 - Lar Padre Sebastião Vieira: é uma Estrutura Residencial para pessoas idosas desenvolvidas em alojamento coletivo que se destina a acolher de forma permanente ou temporária a pessoa idosa de ambos os sexos. A ERPI tem como missão ser uma “casa de família” dos seus utentes que necessitem de assistência e apoio nas atividades de vida diária. O Lar Padre Sebastião Vieira tem capacidade para acolher 36 idosos.
- A unidade de cuidados continuados subdivide-se em longa e média duração, tendo as comparticipações da ARS/ACSS ascendido a 661.117,31 euros (2023: 614.437,16 euros) e as comparticipações do Centro Distrital da Segurança Social registaram 239.983,80 euros (2023: 238.181,50 euros);
- A creche aumentou no valor de 99.770,38 euros face ao período anterior; e,
- A Estrutura Residencial para as Pessoas Idosas (ERPI) aumentou no valor de 30.643,75 euros, face ao período homólogo.

J. Silva
PP.
MSJ.

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

RUBRICAS	2024	2023	Variações 2024/2023
Correção de períodos anteriores	55 329,30	29 329,72	25 999,58
Imputação de subsídios para investimentos	36 665,30	35 787,18	878,12
Alienações	22 823,28	60,00	22 763,28
Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento	17 547,75	16 158,34	1 389,41
Outros rendimentos	16 367,76	8 578,50	7 789,26
Restituição de impostos	4 190,14	3 437,28	752,86
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 363,55	1 916,43	(552,88)
Rendimentos suplementares	1 322,87	838,80	484,07
Sinistros	427,91	2 513,02	(2 085,11)
Excesso da estimativa para impostos	-	6 194,07	(6 194,07)
Total	156 037,86	104 813,34	51 224,52

Os aumentos observados na rubrica de "outros rendimentos" dizem respeito, essencialmente:

- Correções de períodos anteriores: inclui, o valor de 22.604,89 euros referente a uma caução relativo às obras, cujo valor nunca foi reclamado; e,
- À alienação de um imóvel, art.º 10601-E, sito na Praça Dr. Pedro Teotónio Pereira, 123, 125 e 127, da freguesia de Bonfim, concelho do Porto, pelo montante de 50.000,00 euros, o qual gerou um ganho de 22.823,28 euros.

3.2 Estrutura de Gastos

Composição dos gastos em 2024 e 2023, a sua variação absoluta e relativa (%):

Descrição	Em Euro			
	2024	2023	Δ Absoluta	Δ em % face a 2023
Gastos com pessoal	3 330 708,49	3 102 435,63	228 272,86	7,36%
Fornecimentos e serviços externos	658 290,36	655 827,61	2 462,75	0,38%
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	584 325,40	572 698,65	11 626,75	2,03%
Gastos de depreciações e de amortizações	156 952,95	141 723,03	15 229,92	10,75%
Juros e gastos similares suportados	32 426,98	11 599,93	20 827,05	179,54%
Outros gastos	20 595,04	20 922,70	(327,66)	(1,57%)
Total da estrutura de gastos	4 783 299,22	4 505 207,55	278 091,67	6,17%

A estrutura de gastos da Instituição, registou um incremento no valor de 278.091,67 euros, o que percentualmente representa uma variação de 6,17% comparativamente ao período homólogo.

Os gastos com o pessoal representam cerca de 70% (2023: 69%) na estrutura de gastos, seguidos dos fornecimentos e serviços externos (FSE) com 14% (2023: 15%) e o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas com 12% (2023: 13%).

J. S. 24
Chy
MS

3.2.1 Gastos com pessoal

No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo número de efetivos e o gasto médio anual por colaborador:

Descrição	2024	2023	Δ Absoluta
Gastos com pessoal	3 330 708,49	3 102 435,63	228 272,86
N.º Médio de colaboradores	202	200	2
Gasto médio por colaborador	16 488,66	15 512,18	976,48

No presente ano, o número médio de colaboradores ao serviço da Instituição passou de 200 em 2023 para 202 em 2024 (aumento de 2 colaboradores). Verifica-se que o gasto médio por colaborador manteve-se estável, apesar do aumento Remuneração Mínima Mensal Garantida, bem como pelas progressões de carreira efetuadas ao longo do ano.

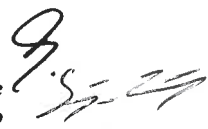

3.2.2 Fornecimento e Serviço Externo

A rubrica "Fornecimentos e Serviços Externos" evidencia um aumento de gastos em várias rubricas, tendo o seguinte detalhe:

RUBRICAS	2024	2023	Variações 2024/2023
Combustíveis	154 999,57	154 636,00	363,57
Honorários	103 229,70	101 932,50	1 297,20
Electricidade	93 405,33	67 524,93	25 880,40
Trabalhos especializados	89 120,60	100 708,41	(11 587,81)
Conservação e reparação	61 134,98	55 705,86	5 429,12
Outros serviços	59 721,69	79 075,80	(19 354,11)
Seguros	21 444,75	18 662,76	2 781,99
Água	19 406,86	23 199,86	(3 793,00)
Subcontratos	14 810,00	6 977,50	7 832,50
Comunicação	13 994,26	12 851,76	1 142,50
Materiais	13 166,39	18 714,87	(5 548,48)
Rendas e alugueres	6 589,36	6 280,45	308,91
Comissões	4 920,00	-	4 920,00
Deslocações, estadas e transportes	1 796,66	3 073,26	(1 276,60)
Contencioso e notariado	270,14	659,74	(389,60)
Limpeza, higiene e conforto	162,60	155,01	7,59
Outros Fluidos	117,47	1 987,31	(1 869,84)
Vigilância e segurança	-	3 681,59	(3 681,59)
Total	658 290,36	655 827,61	2 462,75

De seguida apresentamos as principais variações da rubrica "Fornecimentos e Serviços externos" ao longo do ano de 2024:

- **Electricidade:** aumento no valor de 25.880,40 euros, referente ao aumento do consumo observado em 2024;
- **Trabalhos especializados:** comparativamente ao ano anterior, a rubrica diminuiu no valor de 11.587,81 euros;

- **Outros serviços:** inclui, essencialmente, os encargos de saúde com utentes e transporte de ambulâncias no valor de 47.339,11 euros (2023: 57.563,91 euros). Comparativamente ao ano anterior, a rubrica apresenta uma diminuição no valor de 10.224,80 euros.
- **Comissões:** apresenta um aumento no valor de 4.920,00 euros, resultante de uma fatura relativa à comissão pela alienação do imóvel, art.º 10601-E, sito na Praça Dr. Pedro Teotónio Pereira, 123, 125 e 127, da freguesia de Bonfim, concelho do Porto.

3.2.3 Custo da Mercadoria Vendida e da Matéria Consumida

A Instituição, no que diz respeito a compras de bens alimentares, a Instituição ocorreu em gastos no valor total de 579.656,47 euros (2023: 572.524,52 euros).

Verificou-se um aumento face ao período homólogo no montante de 7.131,95 euros, resultante do aumento generalizado que se verificou (e continua a verificar) ao nível dos preços dos bens de consumo. A Santa Casa tem a preocupação de questionar preço (de bens alimentares, bens relacionados com incontinência (fraldas, resguardos), artigos para limpeza, entre outros) a, pelos menos, 2 fornecedores todas as semanas, fazendo as encomendas na semana seguinte ao fornecedor que apresentar o preço mais baixo.

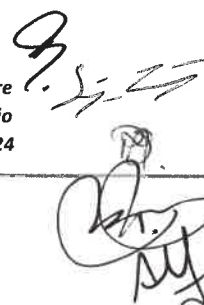
Ao nível do consumo, em 2024, registou um valor global de 584.325,40 euros (2023: 572.698,65 euros).

4 Autonomia Financeira e Endividamento

Em resultado da sua atividade, a posição financeira da Instituição apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:

Descrição	2024	2023	Δ Absoluta
Autonomia Financeira	63,77%	65,67%	-1,90%
Endividamento	36,23%	34,33%	1,90%





5 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

5.1 Posição financeira

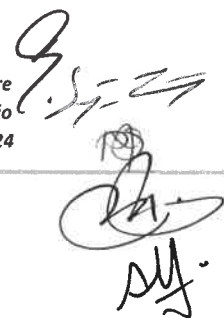
De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da Instituição através da análise dos seguintes itens de Balanço:

ATIVO	31-12-2024	Peso (%)	31-12-2023	Peso (%)	Variação 2023 - 2024
Ativo não corrente	3 879 028,90	86,19%	3 946 280,52	82,60%	(67 251,62)
Ativo corrente	621 568,73	13,81%	831 011,96	17,40%	(209 443,23)
Total Ativo	4 500 597,63	100,00%	4 777 292,48	100,00%	(276 694,85)

FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO	31-12-2024	Peso (%)	31-12-2023	Peso (%)	Variação 2023 - 2024
Fundos patrimoniais	2 869 998,51	63,77%	3 137 314,96	65,67%	(267 316,45)
Passivo não corrente	424 074,06	9,42%	488 888,88	10,23%	(64 814,82)
Passivo corrente	1 206 525,06	26,81%	1 151 088,64	24,10%	55 436,42
Total Capital Próprio e Passivo	4 500 597,63	100,00%	4 777 292,48	100,00%	(276 694,85)

As principais variações registadas ao nível do ativo, fundos patrimoniais e passivo devem-se os seguintes factos:

- Ativos não corrente – diminuiu no montante de 67.251,62 euros motivado, essencialmente, pelos investimentos realizados pela Instituição no ano de 2024, no valor de 122.125,52 euros. Para além dos investimentos realizados, a Instituição reconheceu depreciações do período no valor de 156.952,95 euros e a alienação do imóvel, art.º 10601-E, correspondente a um escritório no 1.º andar direito, com estrada pelo n.º125, com terraço, sito na Praça Dr. Pedro Teotónio Pereira, 123, 125 e 127, da freguesia de Bonfim, concelho do Porto, pelo montante de 50.000,00 euros, o qual o qual gerou um ganho de 22.823,28 euros.
- Ativo corrente – registou um decréscimo no valor de 209.443,23 euros, motivado, principalmente, pela redução das seguintes rubricas: inventários, outros ativos correntes e caixa e depósitos bancários, no valor de 1.499,80 euros, 58.485,26 euros e 186.108,35 euros, respetivamente.
- Fundos patrimoniais – comparativamente ao ano anterior, os fundos patrimoniais registaram uma variação negativa no valor de 267.316,45 euros face ao período homólogo.
- Passivo não corrente – registou uma diminuição no valor de 64.814,82 euros, motivado pelas amortizações dos empréstimos, cujo Entidade se encontra a cumprir com o plano financeiro.



6 RESULTADOS POR RESPOSTA SOCIAL

Para uma melhor perceção e interpretação dos resultados de cada uma das valências da Instituição, apresentam-se de seguida, as demonstrações de resultados por valências com a respetiva imputação de rendimentos e gastos incorridos no ano de 2024 e 2023:

6.1 Lar Padre Sebastião Vieira

6.1.1 Caracterização da Resposta Social

A ERPI Lar Padre Sebastião Vieira é uma Estrutura Residencial para pessoas idosas desenvolvidas em alojamento coletivo que se destina a acolher de forma permanente ou temporária a pessoa idosa de ambos os sexos. A ERPI tem como missão ser uma “casa de família” dos seus utentes que necessitem de assistência e apoio nas atividades de vida diária. O Lar Padre Sebastião Vieira tem capacidade para acolher 36 idosos.

6.1.2 Principais objetivos

- ✓ Ajudar o idoso a encarar o seu envelhecimento como um processo natural, de forma positiva e adequada, e a reconhecer a necessidade da manutenção das atividades físicas e mentais;
- ✓ Contribui para uma maior autonomia e comunicação, mesmo em situações de fragilidade e dependência;
- ✓ Cooperar efetivamente não só para o bem-estar, como para o aumento da qualidade de vida dos idosos;
- ✓ *Proporcionar atividades que visem manter o seu equilíbrio físico, emocional e social.*

Descrição	Lar de Idosos I		
	2024	2023	Variação
Vendas e serviços prestados	570 039,10	525 841,27	44 197,83
Subsídios, doações e legados à exploração	10 351,18	21 326,76	(10 975,58)
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	(103 257,05)	(104 395,17)	1 138,12
Fornecimentos e serviços externos	(102 360,24)	(110 773,49)	8 413,25
Gastos com pessoal	(484 784,66)	(431 236,89)	(53 547,77)
Outros rendimentos	6 935,42	5 625,45	1 309,97
Outros gastos	(4 185,22)	-	(4 185,22)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(107 261,47)	(93 612,07)	(13 649,40)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(1 811,98)	(662,13)	(1 149,85)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(109 073,45)	(94 274,20)	(14 799,25)
Juros e gastos similares suportados	(39,93)	(186,09)	146,16
Resultado líquido do período	(109 113,38)	(94 460,29)	(14 653,09)
N.º Médio de funcionários:	37	32	5
N.º Médio de Utentes:	36	36	-

A valência apresentou um resultado líquido do período, negativo, em 109.113,38 euros (2023: 94.460.29 euros).

6.2 Lar S.Pedro

6.2.1 Caracterização da Resposta Social

A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas - Lar São Pedro - tem a capacidade para receber 52 pessoas com graus variados de dependência com as mais diversas patologias clínicas, sendo o acesso reservado a maiores de 65 anos ou excepcionalmente menores dessa idade, mas portadores de doença que justifica a institucionalização. Tem sido habitual a plena lotação das vagas existentes. Os utentes dividem-se tendo em conta o seu género por, 42 mulheres e 10 de homens com uma média de idades de aproximadamente 85 anos. São na sua maioria pessoas dependentes em grau elevado.

O edifício é constituído por rés-do-chão, 1º e 2º piso. No rés-do-chão localizam-se as salas de convívio, refeitórios (Utentes e Colaboradores) e casas de banho de apoio. Encontra-se também neste piso o gabinete Médico, a lavandaria e cozinha, bem como os vestiários dos Colaboradores. No 1º e 2º piso encontram-se situados os quartos, uma capela e o gabinete da Diretora Técnica.

6.2.2 Principais objetivos

As atividades são planeadas tendo em conta as necessidades individuais e respeitando os diferentes níveis de autonomia e dependência do indivíduo. O principal objetivo é planificar um conjunto de atividades de animação proporcionando aos idosos uma melhor qualidade de vida, mais ativa, através da dinamização de momentos ocupacionais, lúdicos, criativos e comunicacionais, centrando-se sempre nos interesses, valores e saberes de cada um. É importante proporcionar a esta população um ambiente aconchegante e agradável, criando eventos e fornecendo entretenimento e lazer, para que se possam sentir úteis e possam usar as suas capacidades manuais e intelectuais, bem como proporcionar momentos em que o idoso terá oportunidade de criar e sonhar.

- ✓ Atividades de estimulação cognitiva ajudam na estimulação da memória, do raciocínio e no trabalho da atenção e da concentração.
- ✓ Atividades físicas permitem a redução do stress e da ansiedade e aumentam a capacidade de coordenação motora.
- ✓ Atividades motoras/psicomotoras estimulam aptidões existentes nos Utentes e no seu desenvolvimento pessoal, físico e psicológico.
- ✓ Atividades de trabalhos manuais permitem o trabalho de motricidade fina, estimulam a criatividade e a precisão manual.

[Handwritten signatures and initials]

Descrição	Lar de Idosos:II		
	2024	2023	Variação
Vendas e serviços prestados	820 421,18	747 899,50	72 521,68
Subsídios, doações e legados à exploração	4 192,63	7 797,83	(3 605,20)
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	(144 219,02)	(135 873,28)	(8 345,74)
Fornecimentos e serviços externos	(104 817,09)	(101 464,35)	(3 352,74)
Gastos com pessoal	(589 551,43)	(581 005,47)	(8 545,96)
Outros rendimentos	8 797,31	7 877,91	919,40
Outros gastos	-	(10,00)	10,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(5 176,42)	(54 777,86)	49 601,44
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(22 996,85)	(20 567,15)	(2 429,70)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(28 173,27)	(75 345,01)	47 171,74
Juros e gastos similares suportados	(54,79)	(275,49)	220,70
Resultado líquido do período	(28 228,06)	(75 620,50)	47 392,44
N.º Médio de funcionários:	39	37	2
N.º Médio de Utentes:	52	51	1

A valência apresentou um resultado líquido do período, negativo, em 28.228,06 euros (2023: 75.620,50 euros).

6.3 Serviço de Apoio Domiciliário

6.3.1 Caracterização da Resposta Social

O Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) da Misericórdia está sediado na Avenida da Misericórdia, nº 38, 3600-202 Castro Daire, com acordo de cooperação celebrado com o Centro Distrital de Viseu, em 30/06/1997.

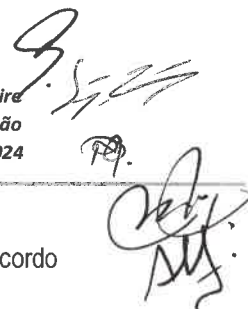
O SAD é uma Resposta Social, que consiste na prestação de cuidados e serviços individualizados e personalizados no domicílio das pessoas quando, por motivo de doença, deficiência, idade, ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente a satisfação das suas necessidades básicas e/ou atividades da vida diária.

O SAD funciona em regime diurno entre as 8 horas e as 19:00 horas, feriados e fins-de-semana entre as 8h e as 13h. As equipas do SAD deslocam-se entre uma a três vezes por dia a casa dos utentes, conforme as necessidades. Este é um serviço diferenciado que procura complementar a intervenção dos serviços existentes de apoio ao Idoso.

A implementação dos serviços do SAD visa promover atitudes e medidas preventivas do isolamento, da exclusão e da dependência e contribuir para a solidariedade intergeracional, bem como para a criação de serviços de apoio social e de saúde.

Os serviços revestem-se de tal importância, que respondem não só às necessidades da população idosa, como também às pessoas em situação de dependência, independentemente do critério idade, nas quais se destacam as problemáticas como a deficiência, as doenças crónicas e as demências.

Através da implementação do SAD pretende-se evitar, em muito, a institucionalização em Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, constituindo um meio de libertação das altas hospitalares, bem como facilitador das acessibilidades aos serviços de saúde e a um conjunto de serviços de apoio social.



A capacidade do SAD é para 50 utentes de ambos os géneros, estando abrangidos 23 utentes pelo acordo de cooperação.

No ano de 2024, o SAD prestou apoio, em média, a 38 utentes.

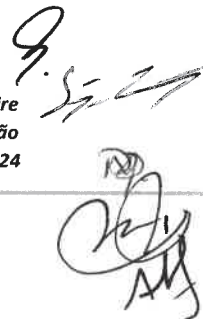
6.3.2 Principais objetivos

O SAD, nas suas atividades, visa alcançar os seguintes objetivos:

- Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos utentes e famílias;
- Prevenir a institucionalização desnecessária, decorrentes de situações de dependência;
- Acautelar crises e a deterioração grave da situação pessoal e familiar;
- Proporcionar apoio personalizado aos utentes e/ou suas famílias no seu domicílio, de forma a criar condições facilitadoras de desenvolvimento global, assegurando-lhe cuidados de ordem física e apoio social, estabilidade emocional e vivência social;
- Contribuir para a promoção de atividades de sensibilização à comunidade envolvente que tenham por objetivo facilitar a integração do utente dependente, objetivando contribuir para a melhoria da qualidade de vida;
- Facilitar o acesso a serviços da comunidade;
- Promover a autonomia dos utentes;
- Prestar apoio psicossocial aos utentes e familiares, de modo a contribuir para o seu equilíbrio, bem-estar e melhoria da qualidade de vida.

Descrição	Apoio Domiciliário		
	2024	2023	Variação
Vendas e serviços prestados	220 139,65	182 773,90	37 365,75
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	(40 681,94)	(30 999,54)	(9 682,40)
Fornecimentos e serviços externos	(23 543,34)	(21 881,09)	(1 662,25)
Gastos com pessoal	(159 514,64)	(127 031,18)	(32 483,46)
Outros rendimentos	-	14,56	(14,56)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(3 600,27)	2 876,65	(6 476,92)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(9 993,75)	-	(9 993,75)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(13 594,02)	2 876,65	(16 470,67)
Juros e gastos similares suportados	(8,81)	(46,23)	37,42
Resultado líquido do período	(13 602,83)	2 830,42	(16 433,25)
N.º Médio de funcionários:	9	8	1
N.º Médio de Utentes:	38	28	10

Comparativamente ao ano anterior, a valência apresentou o resultado líquido negativo em 13.602,83 euros.



6.4 Unidade de Cuidados Continuados Integrados (UCCI)

6.4.1 Caracterização da Resposta Social

A prestação dos cuidados aos utentes da UCCI é assegurada, ao longo de 24 horas, por uma equipa multidisciplinar constituída por diretora técnica, diretor clínico/médico, enfermeiros, fisioterapeutas, assistente social, psicóloga, terapeuta da fala, nutricionista, administrativa, encarregadas de serviços gerais e auxiliares de ação médica e serviços gerais.

A UCCI visa garantir cuidados integrados individualizados e humanizados de manutenção de aptidões e de apoio social.

A UCCI Nini Lacerda alberga 3 tipologias distribuídas da seguinte forma:

- Unidade de Longa Duração e Manutenção – 17 camas;
- Unidade de Média Duração e Reabilitação – 15 camas;
- Vagas Privadas – 7 camas.

6.4.2 Principais objetivos

Caracterizam-se como objetivos principais da UCCI:

- Prestação individualizada e humanizada de cuidados;
- Garantia de articulação e continuidade dos cuidados entre os diferentes serviços, setores e níveis de atuação;
- Equidade no acesso e mobilidade entre tipologias e equipas da RNCCI;
- Proximidade da prestação dos cuidados, através da potenciação de serviços integrados na comunidade;
- Multidisciplinaridade e interdisciplinaridade na prestação dos cuidados;
- Avaliação integral das necessidades da pessoa em situação de dependência e definição periódica de objetivos de funcionalidade e autonomia;
- Promoção, recuperação contínua ou manutenção da funcionalidade e da autonomia;
- Participação do utente e seus familiares ou representante legal, na elaboração do plano individual de intervenção e corresponsabilização na prestação de cuidados;
- Eficiência e qualidade na prestação dos cuidados.

G.S. 24

R.P.
S.S.

Descrição	UCC - Longa Duração			UCC - Média Duração		
	2024	2023	Variação	2024	2023	Variação
Vendas e serviços prestados	643 028,37	540 572,32	102 456,05	547 392,12	519 232,78	28 159,34
Subsídios, doações e legados à exploração	482,26	5 167,01	(4 684,75)	482,25	5 166,96	(4 684,71)
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	(79 176,04)	(73 642,48)	(5 533,56)	(58 740,64)	(58 761,86)	21,22
Fornecimentos e serviços externos	(109 706,14)	(112 306,64)	2 600,50	(97 418,62)	(99 508,10)	2 089,48
Gastos com pessoal	(466 910,75)	(402 615,65)	(64 295,10)	(438 608,75)	(400 154,69)	(38 454,06)
Outros rendimentos	14 050,48	14 803,82	(753,34)	7 812,69	14 803,81	(6 991,12)
Outros gastos	(671,88)	(1 137,57)	465,69	(671,85)	(887,57)	215,72
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	1 096,30	(29 159,19)	30 255,49	(39 752,80)	(20 108,67)	(19 644,13)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(15 646,48)	(15 890,06)	243,58	(15 646,46)	(15 890,05)	243,59
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(14 550,18)	(45 049,25)	30 499,07	(55 399,26)	(35 998,72)	(19 400,54)
Juros e gastos similares suportados	(15,44)	(58,31)	42,87	(3,38)	(14,56)	11,18
Resultado líquido do período	(14 565,62)	(45 107,56)	30 541,94	(55 402,64)	(36 013,28)	(19 389,64)
N.º Médio de funcionários:	28	27	1	26	27	(1)
N.º Médio de Utentes:	25	17	8	17	15	2

No ano de 2024, a valência UCC – Longa Duração, apresentou um resultado líquido negativo de 14.565,62 euros (2023: 45.107,56 euros) e na UCC – Média Duração, negativo, em 55.402,64 euros (2023: 36.013,28 euros).

Apesar do aumento observado em “vendas e serviços prestados”, não foi suficiente para fazer face aos gastos apresentados.

6.5 Creche

6.5.1 Caracterização da Resposta Social

**“ A Creche é uma realidade que está para ficar.
O desafio está em torná-la uma realidade de qualidade”.**

(Gabriela Portugal, 1998)

A creche, preza por ser uma das primeiras experiências da criança num sistema panificado, fora do seu círculo familiar e, no qual, se pretende que venha a desenvolver determinadas capacidades e competências.

A infância é a etapa fundamental da vida das crianças, sendo os primeiros 36 meses particularmente importantes para o seu desenvolvimento físico, afetivo e intelectual. Desta forma, importa que este novo contexto de desenvolvimento se caracterize por um ambiente acolhedor e dinamizador de aprendizagens, onde a criança se possa desenvolver de forma global, adequada e harmoniosa.

A Creche, da Santa Casa da Misericórdia de Castro Daire, inaugurada a 8 de dezembro de 2005, situa-se na Avenida da Misericórdia. É um equipamento de natureza socioeducativa, vocacionado para o apoio à família e à criança, destinado a acolher crianças desde os 4 meses aos 3 anos de idade, com uma capacidade máxima de 68 crianças.

É uma Resposta Social que funciona todos os dias úteis, das 7h50 às 19h15, não encerrando para período de férias.

É composta pelas seguintes salas de atividades:

- 2 salas de Berçário, com 8 crianças por sala (dos 4 meses até à aquisição da marcha);



- 2 salas de 1 ano, com 10 crianças por sala (entre a aquisição da marcha e os 24 meses);
- 2 salas dos 2 anos, com 16 crianças por sala (entre os 24 meses e os 32 meses).

6.5.2 Principais objetivos

- Proporcionar situações pedagógicas, de forma a desenvolver o espírito crítico e criativo e simultaneamente as capacidades de descoberta, imaginação e aprendizagem;
- Compreender a forma como a criança aprende, promovendo um ambiente que facilite a brincadeira, a interação, a exploração, a criatividade e a resolução de problemas;
- Proporcionar momentos lúdicos no âmbito do Projeto Pedagógico e a troca de experiências;
- Estimular o interesse pelo ato de ouvir histórias, cantar e dançar;
- Promover a reflexão sobre os valores expressos nas histórias;
- Fomentar o reconhecimento em si e nos outros, de atitudes corretas/incorrectas, segundo critérios de justiça, responsabilidade e solidariedade;
- Estimular o desenvolvimento global da criança no respeito pelas suas características individuais, inculcando comportamentos que favoreçam aprendizagens significativas e diferenciadas;
- Despertar a curiosidade e o desejo de saber/conhecer;
- Desenvolver a capacidade de aprender, exercitando a memória, a atenção e o pensamento;
- Melhorar as competências básicas da criança na linguagem, competências cognitivas, aptidões físicas e de socialização;
- Proporcionar o bem-estar e desenvolvimento integral das crianças num clima de segurança afetiva;
- Estabelecer uma rotina diária consistente que reforce e valorize a continuidade, para que a criança desenvolva um sentimento de pertença a um ambiente que podem prever no seu quotidiano;
- Proceder à despistagem de inadaptações, deficiências ou precocidades, promovendo a melhor orientação e encaminhamento da criança;
- Estabelecer uma parceria forte com a família, de forma obter informações sobre a criança, com vista à planificação do trabalho, tendo em consideração o superior interesse da criança.

9.5.24
PA
[Handwritten signatures]

Descrição	Creche		
	2024	2023	Variação
Vendas e serviços prestados	384 615,84	295 664,79	88 951,05
Subsídios, doações e legados à exploração	357,67	-	357,67
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	(25 379,59)	(31 760,29)	6 380,70
Fornecimentos e serviços externos	(19 606,36)	(19 318,19)	(288,17)
Gastos com pessoal	(306 366,19)	(266 888,49)	(39 477,70)
Outros rendimentos	4 148,16	4 064,01	84,15
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	37 769,53	(18 238,17)	56 007,70
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(14 473,71)	(14 473,71)	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	23 295,82	(32 711,88)	56 007,70
Juros e gastos similares suportados	(2,59)	(41,33)	38,74
Resultado líquido do período	23 293,23	(32 753,21)	56 046,44
N.º Médio de funcionários:	15	14	1
N.º Médio de Utentes:	68	59	9

A creche no exercício económico de 2024, apresentou resultado positivo em 23.293,23 euros, contrariamente do sucedido, em 2023, que apresentou resultado líquido, negativo, em 32.752,21 euros. A melhoria dos resultados prende-se das atualizações das participações da Segurança Social.

6.6 Jardim de Infância

6.6.1 Caracterização da Resposta Social

O Jardim de Infância é uma resposta social, desenvolvida em equipamento, que se destina a proporcionar atividades variadas, a crianças dos 3 à idade de ingresso no ensino básico, durante o período diário correspondente ao trabalho dos pais ou de quem exerça as responsabilidades parentais, de forma a prestar a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida.

6.6.2 Principais objetivos

Constituem objetivos do jardim de infância:

- Promover o desenvolvimento pessoal e social da criança com base em experiências de vida democrática numa perspetiva de educação para a cidadania;
- Fomentar a inserção da criança em grupos sociais diversos, no respeito pela pluralidade das culturas, favorecendo uma progressiva consciência do seu papel como membro da sociedade;
- Contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso da aprendizagem;
- Estimular o desenvolvimento global de cada criança, no respeito pelas suas características individuais, incutindo comportamentos que favoreçam aprendizagens significativas e diversificadas;
- Desenvolver a expressão e a comunicação através da utilização de linguagens múltiplas como meio de relação, de informação, de sensibilização estética e de compreensão do mundo;
- Despertar a curiosidade e o pensamento crítico;

[Handwritten signatures and initials]

- Proporcionar a cada criança condições de bem-estar e de segurança, designadamente no âmbito da saúde individual e coletiva;
- Proceder à despistagem de inadaptações, deficiências e precocidades, promovendo a melhor orientação e encaminhamento da criança;
- Incentivar a participação das crianças no processo educativo e estabelecer relações de efetiva colaboração com a comunidade.

Descrição	Jardim de infância		
	2024	2023	Varição
Vendas e serviços prestados	109 458,11	100 275,18	9 182,93
Subsídios, doações e legados à exploração	11 998,09	8 250,85	3 747,24
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	(21 093,20)	(25 074,49)	3 981,29
Fornecimentos e serviços externos	(18 789,77)	(25 612,72)	6 822,95
Gastos com pessoal	(127 980,61)	(160 408,43)	32 427,82
Outros rendimentos	27,00		27,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(46 380,38)	(102 569,61)	56 189,23
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(1 497,10)	(1 497,10)	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(47 877,48)	(104 066,71)	56 189,23
Juros e gastos similares suportados	(17,59)	(91,72)	74,13
Resultado líquido do período	(47 895,07)	(104 158,43)	56 263,36
N.º Médio de funcionários:	4	7	(3)
N.º Médio de Utentes:	21	48	(27)

6.7 Rendimento Social de Inserção

6.7.1 Caracterização da Resposta Social

A Equipa RSI funciona como uma resposta social da Santa Casa da Misericórdia de Castro Daire. O primeiro protocolo celebrado entre a Santa Casa da Misericórdia de Castro Daire e o Centro Distrital de Viseu teve início no ano de 2005, momento em que se iniciou o acompanhamento das famílias abrangidas pela medida do Rendimento Social de Inserção.

O Rendimento Social de Inserção (RSI) é uma medida de política social em Portugal que visa combater a pobreza e promover a inserção social, laboral e comunitária dos cidadãos e dos seus agregados familiares. Esta política é fundamentada nos princípios da igualdade, solidariedade e justiça social, com o objetivo de prevenir situações de risco social.

6.7.2 Principais objetivos

- Promover a inserção/ inclusão social, com a criação de condições de autonomia;
- Desenvolver competências nos agregados familiares com vista a sua integração profissional, incentivando o acesso ou regresso ao mercado de trabalho e/ ou à melhoria das qualificações profissionais;
- Valorizar a descoberta e desenvolvimento de capacidades individuais e sociais, promotoras de autoestima e autonomia;

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

- Diminuir o absentismo/abandono escolar, através de uma intervenção integrada com os diversos subsistemas das famílias;
- Sensibilizar para a importância dos cuidados de saúde primários e a adoção de estilos de vida saudáveis;
- Dinamização de Projetos de Intervenção Comunitários que têm, na sua base, a análise das características da população acompanhada, tanto as suas necessidades, como as suas potencialidades, utilizando recursos existentes no meio local.

Descrição	RSI		
	2024	2023	Varição
Subsídios, doações e legados à exploração	85 958,00	85 957,53	0,47
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	(988,85)	(1 580,81)	591,96
Fornecimentos e serviços externos	(4 338,20)	(2 193,86)	(2 144,34)
Gastos com pessoal	(87 679,81)	(85 117,44)	(2 562,37)
Outros gastos	(440,76)	(717,20)	276,44
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(7 489,62)	(3 651,78)	(3 837,84)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(120,31)	(120,31)	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(7 609,93)	(3 772,09)	(3 837,84)
Resultado líquido do período	(7 609,93)	(3 772,09)	(3 837,84)
N.º Médio de funcionários:	5	5	-
N.º Médio de Utentes:	250	250	-

6.8 Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão

6.8.1 Caracterização da Resposta Social

O Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI) é um equipamento destinado a desenvolver atividades ocupacionais para pessoas com deficiência com idade igual ou superior a 18 anos, visando a promoção da sua qualidade de vida, possibilitando um maior acesso à Comunidade, aos seus recursos e atividades e que se constituam como um meio de capacitação para a Inclusão, em função das respetivas necessidades, capacidades e nível de funcionalidade.

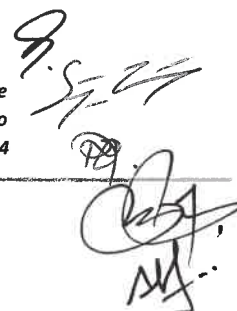
6.8.2 Áreas de Intervenção e Serviços

O CACI prossegue os seus objetivos nas seguintes áreas de intervenção:

- Desenvolvimento de competências relacionais, pessoais e sociais;
- Promoção do bem-estar, da qualidade de vida, da ocupação e da interação com o meio;
- Capacitação para a inclusão social e profissional;

Presta os seguintes serviços:

- Alimentação e cuidados pessoais;



- b) Apoio Terapêutico;
- c) Promoção e desenvolvimento do bem-estar físico, emocional, psíquico e social;
- d) Transporte;
- e) Apoio na capacitação dos cuidadores informais.

Descrição	CAO		
	2024	2023	Variação
Vendas e serviços prestados	247 857,86	226 604,78	21 253,08
Subsídios, doações e legados à exploração	10 729,79	6 917,52	3 812,27
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	(19 604,99)	(21 245,45)	1 640,46
Fornecimentos e serviços externos	(17 591,68)	(14 919,50)	(2 672,18)
Gastos com pessoal	(173 244,11)	(149 164,96)	(24 079,15)
Outros rendimentos	42,00	210,10	(168,10)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	48 188,87	48 402,49	(213,62)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	48 188,87	48 402,49	(213,62)
Juros e gastos similares suportados	(5,23)	(18,28)	13,05
Resultado líquido do período	48 183,64	48 384,21	(200,57)
N.º Médio de funcionários:	9	10	(1)
N.º Médio de Utentes:	26	24	2

Na valência CAO os resultados mantiveram-se praticamente inalteráveis, tendo apresentado em ambos os anos, 2024 e 2023, resultados positivos no valor de 48.183,64 euros e 48.384,21 euros, respetivamente.

6.9 Lar São João de Deus (Lar Residencial e Residência de Autonomização e Inclusão)

6.9.1 Caracterização da Resposta Social

O **Lar Residencial** fomenta o apoio social e residencial para as famílias de jovens e adultos portadores de deficiência, que se encontrem impossibilitados de lhes prestar os cuidados básicos necessários para uma vida digna. O edificado tem capacidade para alojar 24 residentes, prevendo-se, o alargamento da capacidade para 30, na sequência do Projeto Pares 3.0.

A **Residência de Autonomização e Inclusão** tem como objetivo geral apoiar Utentes que mediante um apoio mínimo, possuem capacidades de viver autonomamente. Esta Resposta Social prioriza situações de enquadramento familiares disfuncionais, situações de carência social e/ou económica, envelhecimento dos cuidadores e de outros familiares diretos, abandono por parte dos familiares/cuidadores ou ausência dos mesmos, situações sócias habitacionais precárias, promovendo sempre e incondicionalmente a solidariedade e proporcionando aos Utentes um apoio de qualidade, a que todos têm direito. Tem capacidade para alojar 5 Utentes.

[Handwritten signatures and initials]

6.9.2 Principais objetivos

O Lar Residencial e a Residência de Autonomização e Inclusão asseguram a prestação aos Utentes dos seguintes serviços: alojamento, alimentação, higiene pessoal, tratamento de roupa, transporte, administração terapêutica.

Principais objetivos:

- ✓ Proporcionar atividades que visem manter o seu equilíbrio físico, emocional e social;
- ✓ Promover um ambiente mais próximo possível do modelo familiar normal;
- ✓ Promover a integração social de forma a minimizar os efeitos institucionalização;
- ✓ No que diz respeito às atividades dinamizadas no Lar São João de Deus, são trabalhadas com os Utentes as suas capacidades pessoais para potencialização da autonomia em relação às atividades da vida diária, às atividades socialmente úteis, atividades ocupacionais, às atividades de desenvolvimento pessoal e social e às atividades lúdico – terapêuticas, bem como às atividades de lazer socio recreativas e de inclusão social.

Descrição	Lar Residencial			Residência Autónoma		
	2024	2023	Variação	2024	2023	Variação
Vendas e serviços prestados	452 846,22	437 862,36	14 983,86	84 449,02	90 644,03	(6 195,01)
Subsídios, doações e legados à exploração	7 166,26	11 111,43	(3 945,17)	355,10	-	355,10
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	(54 776,97)	(54 288,18)	(488,79)	(9 251,20)	(8 415,40)	(835,80)
Fornecimentos e serviços externos	(63 205,73)	(55 872,75)	(7 332,98)	(6 723,23)	(7 854,91)	1 131,68
Gastos com pessoal	(320 354,52)	(317 331,05)	(3 023,47)	(49 726,04)	(48 941,07)	(784,97)
Outros rendimentos	16 655,86	13 249,50	3 406,36	1 431,06	2 488,53	(1 057,47)
Outros gastos	(2 733,12)	(765,68)	(1 967,44)	(17,14)	(406,82)	389,68
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	35 598,00	33 965,63	1 632,37	20 517,57	27 514,36	(6 996,79)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(38 387,93)	(35 265,84)	(3 122,09)	(7 405,02)	(7 405,02)	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(2 789,93)	(1 300,21)	(1 489,72)	13 112,55	20 109,34	(6 996,79)
Juros e gastos similares suportados	(6,27)	(34,56)	28,29	(1,19)	(4,44)	3,25
Resultado líquido do período	(2 796,20)	(1 334,77)	(1 461,43)	13 111,36	20 104,90	(6 993,54)
N.º Médio de funcionários:	21	22	(1)	2	3	(1)
N.º Médio de Utentes:	24	24	-	5	5	-

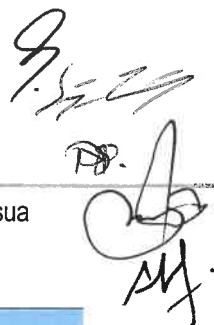
Do quadro acima, podemos retirar as seguintes conclusões:

- a) A valência "Lar Residencial" apresentou em 2024 o resultado líquido, negativo, de 2.796,20 euros (2023: 1.334,77 euros), registando uma variação, negativa, no valor de 1.461,43 euros; e,
- b) A valência "Residência Autónoma" apresentou o resultado líquido de 13.111,36 euros (2023: 20.104,90 euros).

6.10 Centro de Dia

6.10.1 Caracterização da Resposta Social

O Centro de Dia é um serviço de apoio à comunidade, que permite responder às necessidades de um espaço de convívio em que se promovam e desenvolvam atividades recreativas e de lazer, e simultaneamente possa oferecer apoio ao nível de outras necessidades.



Possibilitar aos seus clientes o recurso a apoio psicossocial, bem como de outros que a Instituição possua e cuja utilização se estenda a esta resposta social.

Descrição	Centro-de-Dia		
	2024	2023	Varição
Vendas e serviços prestados	44 132,20	52 058,95	(7 926,75)
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	(8 554,64)	(9 915,57)	1 360,93
Fornecimentos e serviços externos	(2 321,66)	(3 321,50)	999,84
Gastos com pessoal	(58 066,20)	(56 444,25)	(1 621,95)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(24 810,30)	(17 622,37)	(7 187,93)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(24 810,30)	(17 622,37)	(7 187,93)
Juros e gastos similares suportados	(5,54)	(74,13)	68,59
Resultado líquido do período	(24 815,84)	(17 696,50)	(7 119,34)
N.º Médio de funcionários:	2	3	(1)
N.º Médio de Utentes:	9	9	-

Os resultados, na presente valência, diminuíram no valor de 7.119,34 euros face ao ano anterior motivado, essencialmente, pela redução da rubrica “vendas e serviços prestados” no valor de 7.926,75.

6.11 Atividades de Tempos Livres

Descrição	Atividades de Tempos Livres		
	2024	2023	Varição
Vendas e serviços prestados	23 614,72	31 672,87	(8 058,15)
Subsídios, doações e legados à exploração	357,66	-	357,66
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	(7 016,03)	(8 744,46)	1 728,43
Fornecimentos e serviços externos	(6 168,09)	(10 109,31)	3 941,22
Gastos com pessoal	(54 079,95)	(66 212,63)	12 132,68
Outros rendimentos	50,00	28,62	21,38
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(43 241,69)	(53 364,91)	10 123,22
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(43 241,69)	(53 364,91)	10 123,22
Juros e gastos similares suportados	(6,39)	(33,44)	27,05
Resultado líquido do período	(43 248,08)	(53 398,35)	10 150,27
N.º Médio de funcionários:	3	4	(1)
N.º Médio de Utentes:	15	16	(1)

A presente valência, melhorou os seus resultados face ao ano anterior em 10.150,27 euros. De referir que esta valência encerrou a partir de outubro de 2024, tendo os trabalhadores transitado para outras valências.

[Handwritten signatures and initials]

6.12 Cantina Social


5.12.1. Caracterização da Resposta Social

No âmbito do Programa de Emergência Social (PES) e do Protocolo de Cooperação de 2011-2012 entre o Ministério da Solidariedade e da Segurança Social e a União das Misericórdias Portuguesas, foram identificadas um conjunto de medidas a adotar de modo a minimizar o impacto da atual crise económica financeira global das pessoas e famílias mais carenciadas.

Descrição	Cantina Social		
	2024	2023	Variação
Vendas e serviços prestados	15 931,75	10 665,50	5 266,25
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	(2 691,24)	(488,10)	(2 203,14)
Fornecimentos e serviços externos	(15 795,70)	(8 800,46)	(6 995,24)
Gastos com pessoal	(2 965,45)	(2 366,87)	(598,58)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(5 520,64)	(989,93)	(4 530,71)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(5 520,64)	(989,93)	(4 530,71)
Resultado líquido do período	(5 520,64)	(989,93)	(4 530,71)
N.º Médio de funcionários:	1	1	-
N.º Médio de Utentes:	7	11	(4)

6.13 Banco de Ajudas Técnicas

Descrição	Banco de Ajudas Técnicas		
	2024	2023	Variação
Vendas e serviços prestados	240,00	240,00	-
Fornecimentos e serviços externos	-	(58,45)	58,45
Gastos com pessoal	(159,78)	(216,89)	57,11
Outros rendimentos	-	149,50	(149,50)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	80,22	114,16	(33,94)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	80,22	114,16	(33,94)
Resultado líquido do período	80,22	113,87	(33,65)
N.º Médio de funcionários:	1	1	-
N.º Médio de Utentes:	1	1	-

9.5.24


6.14 Outras Atividades Sociais

Descrição	Outras Atividades Sociais		
	2024	2023	Variação
Vendas e serviços prestados	9 725,33	6 729,77	2 995,56
Subsídios, doações e legados à exploração	4 890,06	36 638,00	(31 747,94)
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	(8 894,00)	(7 513,57)	(1 380,43)
Fornecimentos e serviços externos	(65 904,51)	(61 832,29)	(4 072,22)
Gastos com pessoal	(10 715,60)	(7 299,67)	(3 415,93)
Outros rendimentos	96 087,88	41 497,53	54 590,35
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	13 314,09	(5 778,09)	19 092,18
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(15 659,27)	(35 729,75)	20 070,48
Juros e gastos similares suportados	(32 259,83)	(10 721,06)	(21 538,77)
Resultado líquido do período	(47 915,17)	(46 440,06)	(1 475,04)

7 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Apresenta-se na tabela seguinte os desvios registados entre o orçamento proposto para o ano de 2024 e os montantes efetivamente incorridos no ano de 2024:

Rubricas	Em Euro			
	Executado 2024	Orçamentado 2024	Variação	Variação (%)
Gastos com o pessoal	3 330 708,49	2 947 000,00	383 708,49	13,02%
Fornecimentos e serviços externos	658 290,36	712 700,00	(54 409,64)	-7,63%
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	584 325,40	550 000,00	34 325,40	6,24%
Gastos de depreciação e de amortização	156 952,95	140 000,00	16 952,95	12,11%
Juros e gastos similares suportados	32 426,98	5 000,00	27 426,98	548,54%
Outros gastos	20 595,04	25 000,00	(4 404,96)	-17,62%
Total dos Gastos	4 783 299,22	4 379 700,00	403 599,22	9,22%

Rubricas	Em Euro			
	Executado 2024	Orçamentado 2024	Variação	Variação (%)
Vendas e prestação de serviços	4 173 891,47	3 988 500,00	185 391,47	4,65%
Subsídios, doações e legados à exploração	137 320,95	140 000,00	(2 679,05)	-1,91%
Outros rendimentos	156 037,86	112 000,00	44 037,86	39,32%
Juros e rendimentos similares obtidos	3,98	100,00	(96,02)	-96,02%
Total dos Rendimentos	4 467 254,26	4 240 600,00	226 654,26	5,34%
Resultado líquido do período	-316 044,96	-139 100,00	-176 944,96	127,21%

O montante global orçamentado para os gastos de 2024 apresentou um desvio comparativamente aos gastos efetivamente incorridos, tendo a Instituição incorrido em mais 403.599,22 euros do que tinha inicialmente previsto (desvio de cerca de 9%).

Tal como nos gastos, o montante global orçado para os rendimentos de 2024 apresentou um desvio comparativamente aos rendimentos registados, sendo esse desvio no montante de 226.654,26 euros (o que percentualmente se traduz num desvio de 5%).



O resultado apurado no orçamento para 2024 cifrou-se em 139.100,00 euros (negativo), tendo sido o resultado real no montante de 316.044,96 (negativo) euros.



8 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

A Entidade no ano findo em 31 de dezembro de 2024, alcançou o resultado líquido negativo de 316.044,96 euros. Propõe-se a sua aplicação seja afeto à rubrica "Resultados transitados".

9 EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA INSTITUIÇÃO

A Entidade pretende continuar a melhorar a qualidade de vida dos seus utentes, procurando ser um estímulo permanente na vida mental, física e emocional de cada um, por forma a que estes se possam sentir sempre ativos no seu dia a dia.

Perante o cenário macroeconómico apresentado e a situação da economia nacional, a Irmadade da Santa Casa de Misericórdia de Castro Daire prevê no ano de 2025 alcançar resultados melhores face ao ano transato, de acordo com o orçamento elaborado para o ano seguinte.

A Mesa Administrativa da Instituição não pode dissociar-se dos problemas da instabilidade geopolítica a nível mundial provocada pela invasão da Ucrânia pela Rússia e o seu impacto ao nível dos mercados, produtos, impacto nos preços e cadeias de abastecimentos, bem como a que se iniciou em 2023 entre Israel e o Hamas.

Nesta data, não existe informação que nos permita quantificar, com algum grau de certeza, os impactos que se poderão verificar nas várias dimensões em que a Instituição se insere, nomeadamente, de natureza social, política, económica, financeira, entre outros.

10 GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

A Instituição não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações.

As decisões tomadas pela Mesa Administrativa assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela Instituição.

A Instituição seguiu, ao nível da gestão de risco, a política adotada:

10.1 RISCO DE CRÉDITO

10.1.1 Créditos sobre Clientes

O risco de crédito, resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus Clientes, relacionados com a atividade operacional. O principal objetivo da gestão de risco de crédito, é garantir a cobrança efetiva dos recebimentos operacionais de Clientes em conformidade com as condições negociadas.



De modo a mitigar o risco de crédito que deriva do potencial incumprimento de pagamento por parte dos Clientes, a Instituição:

- Tem implementado procedimentos de gestão de crédito e processos de aprovação de crédito;
- Recorre aos meios legais disponíveis para recuperação de crédito quando aplicável.



10.2 RISCOS DE MERCADO

10.2.1 Risco de Taxa de Juro

Em resultado da proporção relevante de dívida a taxa variável no seu Balanço, e dos consequentes *cash-flows* de pagamento de juros, a Instituição encontra-se exposta a risco de taxa de juro, particularmente ao risco de variação de taxa de juro do Euro. Como regra geral a Instituição não cobre por meio de derivados financeiros a sua exposição às variações de taxas de juro.

10.3 RISCO DE LIQUIDEZ

A gestão de risco de liquidez, tem por objetivo garantir que a Instituição possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades, implementar a sua estratégia, e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis.

11 ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

11.1 Autorização para a emissão


As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela Mesa Administrativa da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Castro Daire, no dia 13 de março de 2025. No entanto, os membros da Mesa Administrativa poderão em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações

11.2 Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

No entanto, em relação às perspetivas futuras, a Mesa Administrativa continua apreensiva quanto aos impactos negativos que irão continuar a decorrer da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, tendo alguns já se sentido, nomeadamente, na subida do preço dos combustíveis e bens de primeira necessidade, mas são ainda neste momento desconhecidos a médio/longo prazo.

Nesta data, não existe informação que nos permita quantificar, com algum grau de certeza, os impactos que se poderão verificar nas várias dimensões em que a Instituição se insere, nomeadamente, de natureza social, política, económica, financeira, entre outros.



19.



12

OUTRAS INFORMAÇÕES / CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES LEGAIS E REGULAMENTARES

- a) A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Castro Daire, apresenta uma dívida ao Estado no montante de 11.970,39 euros referente ao apuramento do IVA do mês de dezembro de 2023, o qual se encontra a amortizar em prestações mensais.
- b) A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Castro Daire não apresenta dívidas ao Estado e à Segurança Social em situação de mora.
- c) As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da Instituição em continuidade. A Mesa Administrativa, com base na informação disponível à data sobre o futuro da Instituição, entende que a Instituição tem capacidade de prosseguir em continuidade.
- d) Todas as transações que envolvem a Instituição, e no que lhe é aplicável, respeitam as obrigações impostas pela Lei 25/2008 de 5 de junho (assim como, as obrigações impostas pelas atualizações posteriores a este diploma), o qual estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de capitais e de financiamento ao terrorismo.
- e) No dia 03 de fevereiro de 2025, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Castro Daire, recebeu um parecer favorável do Fundo de Socorro Social quanto à atribuição de um subsídio no montante de 250.000,00 euros para equilíbrio financeiro. O Fundo de Socorro Social destina-se a prestar apoio às instituições particulares de solidariedade social ou instituições equiparadas e a famílias. Este apoio tem uma natureza de subsídio à exploração não reembolsável.

13 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Instituição.

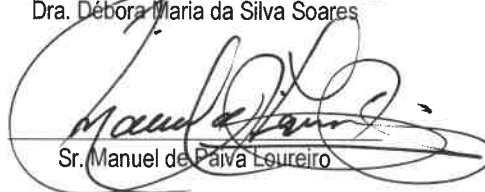
Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2024, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações dos Fundos Patrimoniais, as Demonstrações dos Resultados por Valências, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

Castro Daire, 13 de março de 2025

A Mesa Administrativa



Dra. Débora Maria da Silva Soares



Sr. Manuel de Paiva Loureiro



Sr. Sérgio Daniel Oliveira Teixeira



Prof. Dra. Paula Marques dos Santos

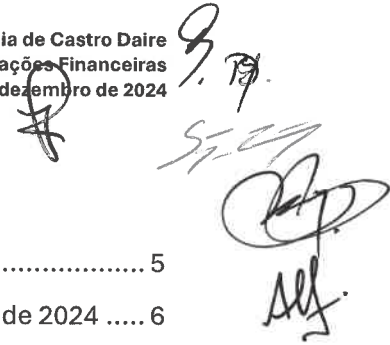


Sr. José Alfredo Portelo Monteiro

D. G. P.
S. J. P.
Ally
Ally



**Demonstrações Financeiras do
Ano findo 31 de dezembro de 2024**



Índice

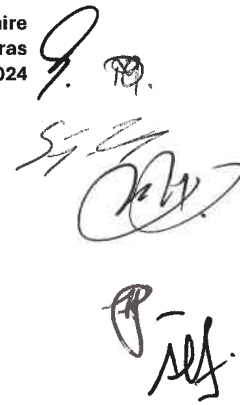
Balanço em 31 de dezembro de 2024	5
Demonstração dos resultados por naturezas – ano findo em 31 de dezembro de 2024	6
Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais	7
Demonstração de fluxos de caixa	8
Anexo	9
1. Identificação da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Castro Daire	9
2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras	9
2.1 Indicação do referencial contabilístico:	9
2.2 Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade....	10
2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior	10
3. Principais políticas contabilísticas	10
3.1 Bases de apresentação	10
3.1.1 Continuidade	10
3.1.2 Regime do acréscimo (periodização económica)	11
3.1.3 Consistência da apresentação	11
3.1.4 Materialidade e agregação	11
3.1.5 Compensação	11
3.1.6 Informação comparativa	11
3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração	12
3.2.1 Ativos fixos tangíveis	12
3.2.2 Bens do património histórico e cultural	12
3.2.3 Propriedades de Investimento	13
3.2.4 Ativos intangíveis	14
3.2.5 Investimentos Financeiros	14
3.2.6 Inventários	14
3.2.7 Créditos a receber	15
3.2.8 Imposto sobre o rendimento	15
3.2.9 Fundadores, Beneméritos, Doadores e Associados	16



3.2.10 Caixa e depósitos bancários	16
3.2.11 Fundos patrimoniais	16
3.2.12. Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	17
3.2.13. Fornecedores e outros passivos correntes.....	17
3.2.14. Financiamentos obtidos e gastos com financiamento.....	17
3.2.15. Rédito	17
3.2.16. Subsídios, doações e legados à exploração	18
3.2.17. Gastos com pessoal / benefícios dos empregados.....	18
3.2.18. Provisões, ativos e passivos contingentes.....	18
3.3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	19
4. Ativos fixos tangíveis.....	20
14.2 Depreciações reconhecidas em resultados e depreciações acumuladas	21
4.2 Bens do património histórico e cultural	21
5. Ativos intangíveis	21
6. Investimentos Financeiros	21
7. Inventários.....	22
8. Créditos a receber.....	23
9. Estado e outros entes públicos	24
10. Fundadores.....	24
11. Outros ativos correntes	25
12. Diferimentos	25
13. Caixa e depósitos bancários	26
14. Fundos Patrimoniais.....	26
14.2 Resultados Transitados	27
14.2 Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	27
15. Financiamentos Obtidos	28
16. Fornecedores.....	28
17. Outros passivos correntes	29
18. Vendas e Serviços Prestados	30
19. Subsídios.....	32
20. Fornecimento e Serviços Externos	32
21. Gastos com o pessoal	33
22. Outros rendimentos	34
23. Outros gastos.....	34

24.	Juros e gastos similares suportados	34
25.	Acontecimentos após a data do balanço.....	35
25.1	Autorização para emissão.....	35
25.2	Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço	35
26.	Outras informações.....	35
27.	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	35
28.	Termo de Responsabilidade	36





Balanço em 31 de dezembro de 2024

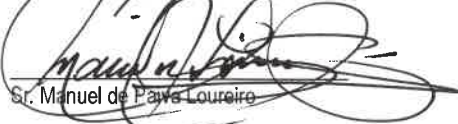
RUBRICAS	Notas	Valores em Euros	
		31-12-2024	31-12-2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	3 832 477,37	3 894 482,12
Bens do património histórico e cultural	4	11 724,42	11 724,42
Ativos intangíveis	5	-	-
Outros investimentos financeiros	6	34 827,11	40 073,98
		3 879 028,90	3 946 280,52
Ativo corrente			
Inventários	7	24 324,80	25 824,60
Créditos a receber	8	186 516,62	154 097,70
Estado e outros entes públicos	9	4 897,98	2 888,01
Fundadores / Beneméritos / Patrocinadores/Doadores/Associados	10	12 511,00	9 601,00
Outros ativos correntes	11	239 231,53	297 716,79
Diferimentos	12	6 815,72	7 504,43
Caixa e depósitos bancários	13	147 271,08	333 379,43
		621 568,73	831 011,96
Total do ativo		4 500 597,63	4 777 292,48
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	14	141 340,44	141 340,44
Resultados transitados	14.1	924 961,58	1 365 273,17
Ajustamentos / Outras variações no fundos patrimoniais	14.2	2 119 741,45	2 071 012,94
Resultado líquido do período		(316 044,96)	(440 311,59)
Total dos fundos patrimoniais		2 869 998,51	3 137 314,96
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	15	424 074,06	488 888,88
		424 074,06	488 888,88
Passivo corrente			
Fornecedores	16	301 709,47	265 066,06
Estado e outros entes públicos	9	75 867,16	88 685,48
Financiamentos obtidos	15	114 814,82	55 555,56
Outros passivos correntes	17	672 459,05	593 951,60
Diferimentos	12	41 674,56	147 829,94
		1 206 525,06	1 151 088,64
Total do passivo		1 630 599,12	1 639 977,52
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		4 500 597,63	4 777 292,48

Castro Daire, 13 de março de 2025

Mesa Administrativa



Dra. Débora Maria da Silva Soares



Sr. Manuel de Paiva Loureiro



Sr. Sérgio Daniel Oliveira Teixeira

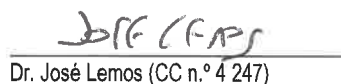


Prof. Dra. Paula Marques dos Santos

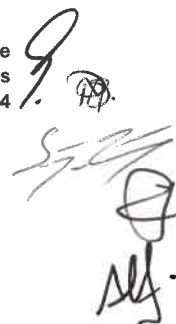


Sr. José Alfredo Portelo Monteiro

O Contabilista Certificado



Dr. José Lemos (CC n.º 4 247)



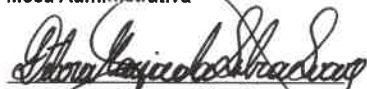
Demonstração dos resultados por naturezas – ano findo em 31 de dezembro de 2024

Valores em Euros

Rubricas de rendimentos e gastos	Notas	Ano	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	18	4 173 891,47	3 768 738,00
Subsídios, doações e legados à exploração	19	137 320,95	188 333,89
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	7	(584 325,40)	(572 698,65)
Fornecimentos e serviços externos	20	(658 290,36)	(655 827,61)
Gastos com pessoal	21	(3 330 708,49)	(3 102 435,63)
Provisões (aumentos/reduções)	-	-	3 000,00
Outros rendimentos	22	156 037,86	104 813,34
Outros gastos	23	(20 595,04)	(20 922,70)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(126 669,01)	(286 999,36)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4/5	(156 952,95)	(141 723,03)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(283 621,96)	(428 722,39)
Juros e rendimentos similares obtidos		3,98	10,73
Juros e gastos similares suportados	24	(32 426,98)	(11 599,93)
Resultado antes de impostos		(316 044,96)	(440 311,59)
Resultado líquido do período		(316 044,96)	(440 311,59)

Castro Daire, 13 de março de 2025

Mesa Administrativa



Dra. Debora Maria da Silva Soares



Sr. Manuel de Paiva Loureiro

Sr. Sérgio Daniel Oliveira Teixeira



Prof. Dra. Paula Marques dos Santos



Sr. José Alfredo Portelo Monteiro

O Contabilista Certificado



Dr. José Lemos (CC n.º 4 247)

[Handwritten signatures and initials]

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais no ano 2024

Valores em Euros

Descrição	Notas	Fundos Patrimoniais - 2024				Total
		Fundos	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024	4	141 340,44	1 365 273,17	2 071 012,94	(440 311,59)	3 137 314,96
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Aplicação de Resultados		-	(440 311,59)	-	440 311,59	(440 311,59)
Reconhecimento de subsídios ao investimento		-	-	85 293,00	-	85 293,00
Imputação Subsídio Investimento		-	-	(36 665,30)	-	(36 665,30)
Ajustamento		-	-	100,81	-	100,81
	5	-	(440 311,59)	48 728,51	440 311,59	(391 583,08)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	6	-	-	-	(316 044,96)	(316 044,96)
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2024	4 + 5 + 6	141 340,44	924 961,58	2 119 741,45	(316 044,96)	2 869 998,51

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais no ano 2023

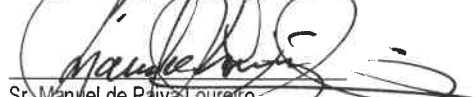
Valores em Euros

Descrição	Notas	Fundos Patrimoniais - 2023				Total
		Fundos	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023	1	141 340,44	1 790 206,32	2 106 800,12	(421 752,09)	3 176 283,20
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Aplicação de Resultados		-	(421 752,09)	-	421 752,09	-
Imputação Subsídio Investimento		-	-	(35 787,18)	-	(35 787,18)
Ajustamento		-	(3 181,06)	-	-	(3 181,06)
	2	-	(424 933,15)	(35 787,18)	421 752,09	(38 968,24)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3	-	-	-	(440 311,59)	(440 311,59)
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2023	1 + 2 + 3	141 340,44	1 365 273,17	2 071 012,94	(440 311,59)	3 137 314,96

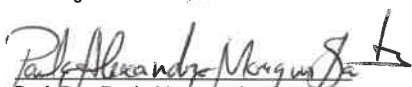
Castro Daire, 13 de março de 2025

Mesa Administrativa


Dra. Débora Maria da Silva Soares

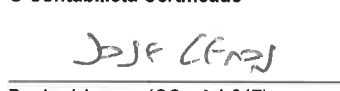

Sr. Manuel de Paiva Loureiro

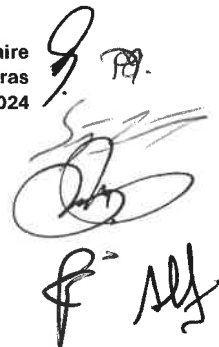

Sr. Sérgio Daniel Oliveira Teixeira


Prof. Dra. Paula Marques dos Santos


Sr. José Alfredo Portelo Monteiro

O Contabilista Certificado


Dr. José Lemos (CC n.º 4 247)




Demonstração de fluxos de caixa

RUBRICAS	Valores em Euros	
	Ano	
	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	1 368 170,45	1 261 890,30
Pagamentos a fornecedores	(1 098 822,44)	(1 012 975,18)
Pagamentos ao pessoal	(2 076 037,48)	(2 117 929,95)
Caixa gerada pelas operações	(1 806 689,47)	(1 869 014,83)
Outros recebimentos/pagamentos	1 724 019,84	1 661 092,81
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	(82 669,63)	(207 922,02)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(119 555,75)	(48 862,81)
	(119 555,75)	(48 862,81)
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	50 000,00	-
Subsídios ao investimento		9 646,80
Juros e rendimentos similares	3,98	10,73
	50 003,98	9 657,53
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	(69 551,77)	(39 205,28)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	50 000,00	350 000,00
Doações		1 432,56
	50 000,00	351 432,56
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(55 555,56)	(55 555,56)
Juros e gastos similares	(28 331,39)	(11 599,93)
	(83 886,95)	(67 155,49)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	(33 886,95)	284 277,07
Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)	(186 108,35)	37 149,77
Caixa e seus equivalentes no início do período	333 379,43	296 229,66
Caixa e seus equivalentes no fim do período	147 271,08	333 379,43

Castro Daire, 13 de março de 2025

Mesa Administrativa


Dra. Débora Maria da Silva Soares



Sr. Manuel de Paula Loureiro

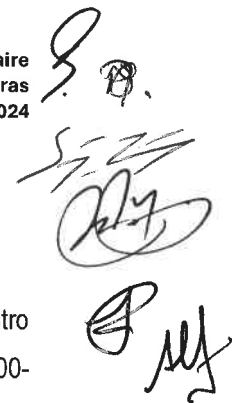

Sr. Sérgio Daniel Oliveira Teixeira


Prof. Dra. Paula Marques dos Santos


Sr. José Alfredo Portelo Monteiro

O Contabilista Certificado


Dr. José Lemos (CC n.º 4 247)



Anexo

1. Identificação da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Castro Daire

A Santa Casa da Misericórdia de Castro Daire também designada Irmandade da Misericórdia de Castro Daire com o NIF 501 227 172, foi fundada em 1659 e tem a sua sede na Avenida da Misericórdia, 3600-202 Castro Daire, no concelho de Castro Daire e distrito de Viseu.

A Santa Casa de Misericórdia de Castro Daire exerce a sua ação através das seguintes valências:

- Outras Atividades Sociais;
- Lar de Idosos I;
- Lar de Idosos II;
- Centro de Dia;
- Serviço de Apoio Domiciliário;
- Creche;
- Jardim de Infância;
- Atividades de Tempos Livres;
- Residência de Autonomização e Inclusão;
- Lar Residencial;
- UCC Longa Duração;
- UCC Média Duração;
- Centro de Atividades e Capacitação para Inclusão (CAO) e (CACI);
- Cantina Social; e,
- Banco de Ajudas Técnicas.

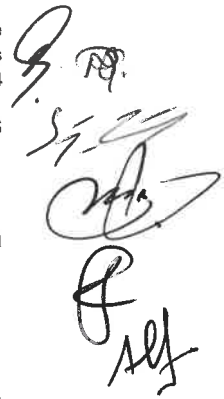
O “financiamento” dos gastos inerentes às valências disponibilizadas têm origem nos subsídios, doações e legados à exploração, atribuídos por instituições públicas e particulares e ainda pelas receitas dos utentes das diferentes valências, quando aplicável.

2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Indicação do referencial contabilístico:

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF-ESNL) constante do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, sendo a moeda de apresentação o Euro, com arredondamento ao cêntimo.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas, a Norma



Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (SNC-ESNL) e as Normas Interpretativas.

Sempre que a NCRF-ESNL não responda a aspetos particulares de transações ou situações, há recurso, supletivamente e pela ordem indicada, às:

- a) NCRF e Normas Interpretativas (NI);
- b) Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho; e,
- c) Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

2.2 Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Nos anos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2023, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Instituição na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF) e atendendo aos seguintes princípios:

3.1.1 Continuidade

Dado que se mantêm as necessidades e os objetivos para que foi criada a Instituição continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não existe a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas atividades. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este



pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos", respetivamente.

3.1.3 Consistência da apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os associados.

3.1.4 Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

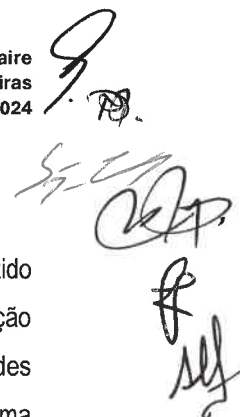
3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao ano anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Instituição, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Instituição e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.



3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos fixos tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Instituição espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Instituição a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Santa Casa de Misericórdia de Castro Daire tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. A Instituição utiliza as taxas máximas de depreciação e efetua o seu registo por duodécimos atendendo ao mês em que os bens ficam disponíveis para uso.

As taxas utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

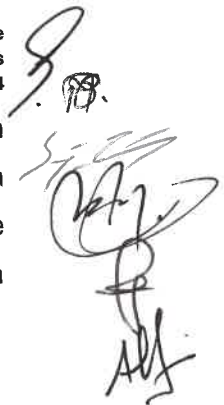
Ativos tangíveis	Vida útil em anos (intervalo)
Edifícios e outras construções	6 a 50 anos
Equipamento básico	6 a 10 anos
Equipamento de transporte	4 a 10 anos
Equipamento administrativo	3 a 10 anos
Outros ativos fixos tangíveis	5 a 10 anos

A Santa Casa de Misericórdia de Castro Daire revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.



O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais"

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem no qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.3 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As "Propriedades de Investimento" são registadas pelo seu custo e de acordo com a vida útil estimada, são calculadas as depreciações das mesmas seguindo o método da linha reta. De acordo com o ponto 7.5 da NCRF-ESNL, as propriedades de investimento são reconhecidas como Ativos Fixos Tangíveis (ver nota 3.2.1).

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento" até à conclusão da construção ou promoção do ativo.



Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “Variação de valor das propriedades de investimento”, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.4 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil definida, que compreendem essencialmente programas de computador encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método da linha reta de uma forma consistente e por duodécimos, durante um período que varia entre 3 e 6 anos, decorrente da aplicação das taxas de amortização correspondentes aos anos de vida útil.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Ativos intangíveis	Vida útil em anos	Taxa de amortização
Programas de computador	3 anos	33,33%

Não é permitido neste referencial contabilístico a revalorização dos ativos intangíveis.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade, sejam por ela controláveis e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

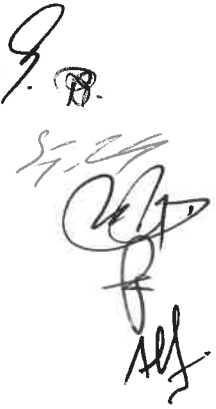
As mais ou menos valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.2.5 Investimentos Financeiros

Estão registados ao custo de aquisição, não existindo entidades subsidiárias ou associadas.

3.2.6 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados



necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

Os Inventários que a Instituição detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.7 Créditos a receber

Os “Clientes/Utentes” e os “Outros ativos correntes” encontram-se registadas pelo seu valor nominal estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido. As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano. Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

3.2.8 Imposto sobre o rendimento

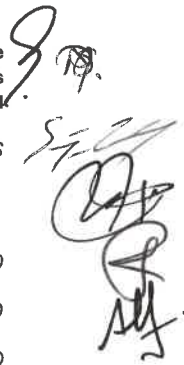
Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas; e,*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”.*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins*



que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo; e,
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”.

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos e cinco anos para a Segurança Social, exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Instituição dos anos de 2021 a 2024 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.9 Fundadores, Beneméritos, Doadores e Associados

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de Fundadores, Beneméritos, Patrocinadores, Doadores e Associados e que se encontram com saldo no final do ano sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

3.2.10 Caixa e depósitos bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui meios líquidos de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

3.2.11 Fundos patrimoniais

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Instituição ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes; e,
- Subsídios, doações e legados que o Governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada Instituição estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.



3.2.12. Ajustamentos / Outras variações no capital próprio

Esta rubrica evidencia, nomeadamente, os subsídios associados a ativos, que deverão ser transferidos, numa base sistemática, para resultados, à medida em que forem contabilizadas as depreciações / amortizações do investimento a que respeitem.

3.2.13. Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

3.2.14. Financiamentos obtidos e gastos com financiamento

Os empréstimos bancários, são registados no passivo ao custo, deduzido dos gastos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a mais ou menos de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os gastos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um “ativo que se qualifica” (é um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda) cujo período de tempo para ficar pronto para uso pretendido seja substancial (Em substância superior a 1, 2.... Anos), caso em que devem ser capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas. Os custos de empréstimos obtidos são os custos de juros e outros incorridos por uma entidade relativos aos pedidos de empréstimos de fundos.

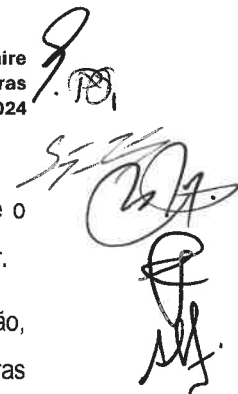
Os custos de empréstimos obtidos incluem:

- Gastos com juros;
- Encargos financeiros relativos a locações financeiras; e,
- Diferenças de câmbio provenientes de empréstimos obtidos em moeda estrangeira até ao ponto em que sejam vistos como um ajustamento do custo dos juros.

3.2.15. Rédito

É registado ao justo valor da venda e da prestação de serviços, deduzido de quaisquer impostos e descontos concedidos.

As prestações de serviços refletem, nomeadamente, as transações efetuadas com os utentes das diversas valências. Estas prestações são reconhecidas atendendo ao princípio da especialização dos exercícios, independentemente da data do seu recebimento e encontram-se registadas pelo seu valor nominal. O rédito proveniente dos juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo.



3.2.16. Subsídios, doações e legados à exploração

Os subsídios são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Instituição cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação, desenvolvimento e construção de ativos fixos tangíveis, estão registados em balanço na rubrica "Outras variações nos fundos patrimoniais" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.2.17. Gastos com pessoal / benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos colaboradores da Instituição podem incluir remunerações, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, diuturnidades, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Mesa Administrativa.

Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

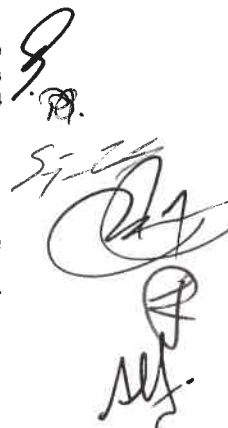
De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao ano, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 1 de janeiro do ano seguinte, sendo somente pago durante esse ano, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Adicionalmente, os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Instituição, quer por mútuo acordo, sempre que existam, são reconhecidos como gastos no ano em que ocorrerem.

3.2.18. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data do balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.



Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um ex-fluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados a menos que seja remota a possibilidade de um ex-fluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A entidade não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

3.3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

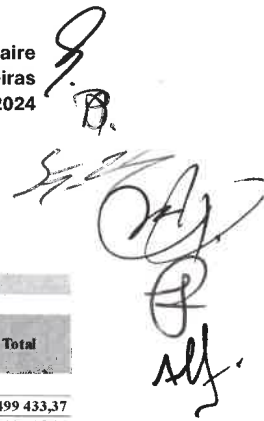
Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com a NCRF – ESNL, os responsáveis pela Entidade utilizam estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relacionadas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras individuais dos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 incluem:

- ✓ Vidas úteis dos ativos tangíveis e intangíveis;
- ✓ Análise às perdas por imparidade dos ativos e utentes; e,
- ✓ Estimativa para férias e subsídio de férias e respetivos encargos.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em anos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas.

As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.



4. Ativos fixos tangíveis

A rubrica de “Ativos fixos tangíveis” para os anos de 2024 e 2023 tem o seguinte detalhe:

2024								
Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Investimentos em curso	Total
Quantia escriturada bruta								
Saldo em 01-01-2024	119 466,56	5 441 389,51	1 079 133,75	215 643,73	304 167,04	272 422,66	67 210,12	7 499 433,37
Adições	-	15 645,60	47 320,26	39 975,00	-	-	19 184,66	122 125,52
Alienações	-	-	-	-	-	(48 913,10)	-	(48 913,10)
Transferências / Reg.	-	77 169,78	-	-	-	0,60	(77 169,78)	0,60
Saldo em 31-12-2024	119 466,56	5 534 204,89	1 126 454,01	255 618,73	304 167,04	223 510,16	9 225,00	7 572 646,39
Depreciações acumuladas								
Saldo em 01-01-2024	-	1 947 529,37	1 036 099,42	215 643,73	255 327,19	150 351,54	-	3 604 951,25
Adições	-	125 539,73	12 484,21	9 993,75	5 088,79	3 846,47	-	156 952,95
Alienações	-	-	-	-	-	(21 735,18)	-	(21 735,18)
Saldo em 31-12-2024	-	2 073 069,10	1 048 583,63	225 637,48	260 415,98	132 462,83	-	3 740 169,02
Quantia escriturada	119 466,56	3 461 135,79	77 870,38	29 981,25	43 751,06	91 047,33	9 225,00	3 832 477,37
2023								
Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Investimentos em curso	Total
Quantia escriturada bruta								
Saldo em 01-01-2023	119 466,56	5 438 983,34	1 050 068,24	215 643,73	304 167,04	272 422,66	4 683,00	7 405 434,57
Adições	-	2 406,17	29 065,51	-	-	-	62 527,12	93 998,80
Saldo em 31-12-2023	119 466,56	5 441 389,51	1 079 133,75	215 643,73	304 167,04	272 422,66	67 210,12	7 499 433,37
Depreciações acumuladas								
Saldo em 01-01-2023	-	1 823 747,86	1 028 346,86	215 643,73	249 949,00	145 540,77	-	3 463 228,22
Adições	-	123 781,51	7 752,56	-	5 378,19	4 810,77	-	141 723,03
Saldo em 31-12-2023	-	1 947 529,37	1 036 099,42	215 643,73	255 327,19	150 351,54	-	3 604 951,25
Quantia escriturada	119 466,56	3 493 860,14	43 034,33	(0,00)	48 839,85	122 071,12	67 210,12	3 894 482,12

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Castro Daire efetuou os seguintes investimentos, mais significativos, no ano de 2024:

- **Equipamento Básico:** aquisição de cinco máquinas da marca miéle, que totalizaram o montante de 42.480,52 euros, seis camas e acessórios (estrado articulado e colchão) pelo valor de 4.839,74 euros.
- **Equipamento de Transporte:**
 - ✓ Aquisição de uma viatura elétrica, no montante de 39.975,00 euros, para o Serviço de Apoio Domiciliário.

No decurso do ano de 2024, a Entidade procedeu à transferência no valor de 77.169,78 euros para ativo fixo tangível.

Adicionalmente, a Entidade alienou um imóvel, art.º 10601-E, correspondente a um escritório no 1.º andar direito, com estrada pelo n.º125, com terraço, sito na Praça Dr.Pedro Teotónio Pereira, 123, 125 e 127, da freguesia de Bonfim, concelho do Porto, pelo montante de 50.000,00 euros, o qual gerou um de 22.823,28 euros, ver nota 22, abaixo.



14.2 Depreciações reconhecidas em resultados e depreciações acumuladas

Classe de ativos fixos tangíveis	Depreciações do Período		Depreciações acumuladas	
	2024	2023	2024	2023
Edifícios e outras construções	125 539,73	123 781,51	2 073 069,10	1 947 529,37
Equipamento básico	12 484,21	7 752,56	1 048 583,63	1 036 099,42
Equipamento de transporte	9 993,75	-	225 637,48	215 643,73
Equipamento administrativo	5 088,79	5 378,19	260 415,98	255 327,19
Outros ativos fixos tangíveis	3 846,47	4 810,77	132 462,83	150 351,54
Total	156 952,95	141 723,03	3 740 169,02	3 604 951,25

4.2 Bens do património histórico e cultural

Na presente rubrica, não ocorreram quaisquer movimentos, pelo que, a rubrica não apresenta qualquer variação.

5. Ativos intangíveis

Nos anos de 2024 e 2023 a rubrica "Ativos intangíveis" tem o seguinte detalhe:

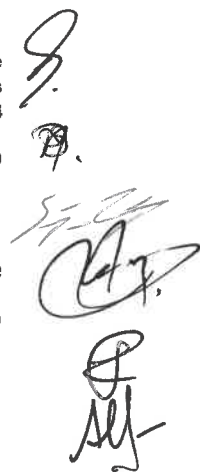
2024			
Descrição	Programas de computador	Outros ativos intangíveis	Total
Quantia escriturada bruta			
Saldo em 01-01-2024	32 379,88	25 725,38	58 105,26
Saldo em 31-12-2024	32 379,88	25 725,38	58 105,26
Amortizações acumuladas			
Saldo em 01-01-2024	32 379,88	25 725,38	58 105,26
Saldo em 31-12-2024	32 379,88	25 725,38	58 105,26
Quantia escriturada	-	-	-

2023			
Descrição	Programas de computador	Outros ativos intangíveis	Total
Quantia escriturada bruta			
Saldo em 01-01-2023	32 379,88	25 725,38	58 105,26
Saldo em 31-12-2023	32 379,88	25 725,38	58 105,26
Amortizações acumuladas			
Saldo em 01-01-2023	32 236,39	25 725,38	57 961,77
Adições	143,49	-	143,49
Saldo em 31-12-2023	32 379,88	25 725,38	58 105,26
Quantia escriturada	-	-	-

No período económico de 2024, a Santa Casa de Misericórdia de Castro Daire não registou alterações nesta rubrica.

6. Investimentos Financeiros

A presente rubrica inclui os Fundos de Compensação do Trabalho, inicialmente criado em 2013, com a finalidade de ajudar as Entidades a cumprir com as suas obrigações de pagamento de compensações aos trabalhadores por cessação do contrato de trabalho. O FCT funcionava assim como um fundo de capitalização, que poderia ser ativado pelas entidades empregadoras sempre que



fosse necessário proceder ao pagamento de compensações aos seus trabalhadores por cessação do contrato de trabalho, até ao limite de 50% do valor da compensação em causa.

Com o DL n.º 115/2023, de 15 de dezembro, o FCT converte-se num fundo contabilisticamente fechado, constituído pelos saldos das contas globais dos empregadores, as quais correspondem ao valor total dos saldos das contas individuais de cada trabalhador, com as seguintes finalidades:

- apoiar os custos e investimentos com a habitação dos trabalhadores;
- apoiar outros investimentos, nomeadamente creches e refeitórios (quando realizado de comum acordo com as estruturas representativas dos trabalhadores); e,
- financiar a qualificação e formação certificada dos trabalhadores.

Descrição dos investimentos financeiros	Saldo em 01-01-2024	Diminuições	Saldo em 31-12-2024
Valorização pelo modelo do justo valor			
Fundo de Compensação do Trabalho	40 073,98	(5 246,87)	34 827,11
Total ao modelo do justo valor	40 073,98	(5 246,87)	34 827,11
Total	40 073,98	(5 246,87)	34 827,11

7. Inventários

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

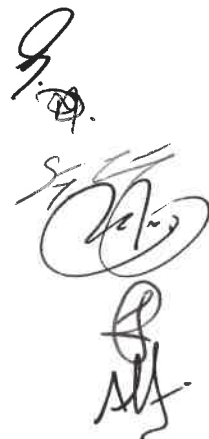
Rubricas de inventários	31-12-2024	31-12-2023
Matérias primas	24 324,80	25 824,60
Total	24 324,80	25 824,60

Quantia de Inventários reconhecida como gasto em 2024 e 2023:

Descrição	2024		2023	
	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total	Matérias primas, subsidiárias e	Total
Inventário inicial	25 824,60	25 824,60	25 998,77	25 998,77
Compras	579 656,47	579 656,47	572 524,52	572 524,52
Reclassificação e regularização de inventários	3 169,13	3 169,13	-	-
Inventário final	24 324,80	24 324,80	25 824,60	25 824,60
Custo das mercadorias vnd e mat consumidas	584 325,40	584 325,40	572 698,69	572 698,69

Do quadro acima exposto, a Santa Casa de Misericórdia de Castro Daire entende que é pertinente fornecer as seguintes informações adicionais:

- No que diz respeito a compras de bens alimentares, artigos de higiene e limpeza, a Entidade ocorreu em gastos no valor total de 579.656,47 euros (2023: 572.524,52 euros).



Verificou-se um aumento face ao período homólogo no montante de 7.131,95 euros, resultante do aumento generalizado que se verificou (e continua a verificar) ao nível dos preços dos bens de consumo.

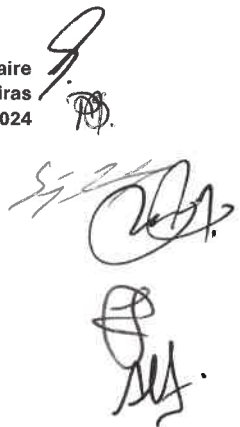
- Os inventários à data de 31 de dezembro de 2024 e 2023, subdividem-se da seguinte forma:
 - Matérias-primas – no valor de 7.915,32 euros (2023: 7.716,90 euros), as quais correspondem a géneros alimentares; e,
 - Matérias subsidiárias – no montante de 16.409,48 euros (2023: 18.107,70 euros), os quais correspondem, maioritariamente, a material de higiene e limpeza (2024: 11.641,69 euros, 2023: 13.637,72 euros).

8. Créditos a receber

Para os períodos de 2024 e 2023 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Clientes	Datas		
	31-12-2024	31-12-2023	Varição
Clientes Gerais	2 027,73	1 327,09	700,64
Lar Idosos I (Lar Padre Sebastião)	40 750,80	30 784,34	9 966,46
Lar de idosos II (Lar S.Pedro)	99 174,88	68 188,19	30 986,69
Centro de Dia	1 767,57	2 421,15	(653,58)
Serviço de Apoio domiciliário	1 848,09	1 358,05	490,04
Creche	3 390,00	2 970,00	420,00
Jardim de Infância	3 278,37	2 600,92	677,45
A.T.L	5 404,65	4 360,88	1 043,77
CAO-CACI	292,45	1 262,87	(970,42)
Lar Residencial	1 953,67	3 160,04	(1 206,37)
Residência Autónoma	0,10	0,10	0,00
Cama Gestão provada	1 856,59	5 587,14	(3 730,55)
UCC	21 819,50	28 091,72	(6 272,22)
Outros utentes	2 952,22	1 985,21	967,01
Clientes de cobrança duvidosa	15 447,74	15 447,74	-
Total de clientes	201 964,36	169 545,44	32 418,92
Perdas por imparidade acumuladas	(15 447,74)	(15 447,74)	-
Total líquido de clientes	186 516,62	154 097,70	32 418,92

A presente rubrica, a 31 de dezembro de 2024 detinha um saldo de 201.964,36 euros (2023: 169.545,44 euros), apresentando um aumento de 32.418,92 euros face ao período homólogo, motivado, essencialmente, pelo aumento do saldo dos utentes das valências: Lar de Isosos I (Lar Padre Sebastião) e Lar de Idosos II (Lar S.Pedro).



9. Estado e outros entes públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Estado e Outros Entes Públicos	31-12-2024	31-12-2023	Variações 2024/2023
	Corrente	Corrente	
Ativo:			
Imposto sobre o valor acrescentado - IVA Reembolsos Pedidos	4 897,98	2 888,01	2 009,97
Total ativo	4 897,98	2 888,01	2 009,97
Passivo:			
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	7 231,37	10 232,53	(3 001,16)
Imposto sobre o valor acrescentado - IVA A Pagar	6 678,11	11 970,39	(5 292,28)
Contribuições para a segurança social	61 957,68	66 482,56	(4 524,88)
Total do passivo	75 867,16	88 685,48	(12 818,32)

O montante apresentado no ativo, respeita:

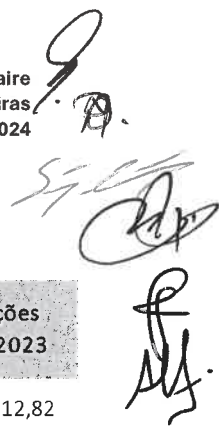
- Aos pedidos de restituição de valores de IVA suportado na aquisição de bens alimentares e nos investimentos em ativo fixo tangível, realizados em 2024, no qual, a Entidade ainda não foi reembolsada pelo Estado.

No passivo:

- As rubricas “Imposto sobre o rendimentos das pessoas singulares” e “Contribuições para a Segurança Social”, registam aos encargos/descontos efetuados aos funcionários no processamento de salários do mês de dezembro, os quais foram pagos em janeiros de 2025; e,
- Inclui a rubrica “Imposto sobre o valor acrescentado – Iva a pagar” respeitante ao apuramento do IVA do mês de dezembro de 2023, o qual deu o montante a pagar de 11.970,39 euros. A Entidade, encontra-se a pagar o IVA, em prestações, conforme plano prestacional (ver nota 26, abaixo).

10. Fundadores

O montante apresentado respeita as quotas ainda por receber no montante de 12.511,00 euros (2023: 9.601,00 euros).



11. Outros ativos correntes

Esta rubrica tem o seguinte detalhe:

Outros ativos correntes	31-12-2024	31-12-2023	Variações 2024/2023
	Total	Total	
Devedores por acréscimo de rendimentos	111 089,75	70 776,93	40 312,82
ACSS - Administração Central Sistema de Saúde	60 800,00	83 592,85	(22 792,85)
IEFP	36 890,05	54 573,25	(17 683,20)
Projeto Pares	14 470,70	38 587,20	(24 116,50)
PRR Mobilidade Elétrica	7 500,00	7 500,00	-
Adiantamentos a fornecedores	3 154,10	22 008,97	(18 854,87)
Outros devedores	2 557,66	1 556,00	1 001,66
CDSSSV	2 308,27	19 120,59	(16 812,32)
Saldos devedores de fornecedores	461,00	-	461,00
Fornecedores de investimento	-	1,00	(1,00)
Total	239 231,53	297 716,79	(58 485,26)

A rubrica "devedores por acréscimo de rendimentos" é composta maioritariamente por:

- ACSS no montante de 57.139,20 euros, respeitante à faturação emitida em janeiro de 2025, corresponde à faturação relativa aos encargos com medicamentos, EAD's, pensos e apósitos do mês de dezembro de 2024; e,
- Segurança Social, no valor de 19.321,36 euros, resultante de participações dos acordos de cooperação relativos ainda ao ano de 2024, cujo foi recebido apenas em janeiro de 2025.

Relativamente, "ACSS – Administração Central Sistema de Saúde" no montante de 60.800,00 euros inclui faturas emitidas da Unidade de Saúde Nini Lacerda – SCM Castro Daire referente à faturação de novembro de 2024, no qual, a ACSS pagou apenas em janeiro de 2025.

12. Diferimentos

A rubrica "Diferimentos" tem o seguinte detalhe:

Diferimentos	Datas		Variações 2024/2023
	31-12-2024	31-12-2023	
Gastos a reconhecer			
Seguros	13,67	41,00	(27,33)
Serviços de informática	6 802,05	4 708,62	2 093,43
Outros gastos a reconhecer	-	2 754,81	(2 754,81)
Total do Ativo	6 815,72	7 504,43	(688,71)
Rendimentos a reconhecer			
IEFP	4 018,21	12 731,28	(8 713,07)
Caução Vilda	-	22 604,89	(22 604,89)
Restituição IVA	37 656,35	39 259,77	(1 603,42)
PRR+Pares	-	73 234,00	(73 234,00)
Total do Passivo	41 674,56	147 829,94	(106 155,38)

Os gastos a reconhecer dizem respeito, essencialmente, a contratos de manutenção de informática, cujo contrato estende-se para além do ano de 2025.

13. Caixa e depósitos bancários

Os saldos da rubrica Caixa e os depósitos à ordem encontram-se disponíveis para uso e apresentam o seguinte detalhe:



Caixa e depósitos bancários	Datas		Variações
	31-12-2024	31-12-2023	2024/2023
Caixa	1 991,17	1 106,97	884,20
Depósitos à ordem			
CGD nº 231000240630	10 796,72	1 676,30	9 120,42
Millennium BCP nº: 3039129011	65 631,93	91 886,89	(26 254,96)
CA nº 40151090994	14 703,20	63 147,17	(48 443,97)
SANTANDER 02833299001	5 044,40	92 994,19	(87 949,79)
BPI nº 38089360000001	445,61	27 893,26	(27 447,65)
BIC 1505205310001	3 442,98	9 624,63	(6 181,65)
BIC (COFRE UT) 17610896101	38 190,05	36 414,25	1 775,80
BIC 1750290510001	3 551,02	3 661,77	(110,75)
	141 805,91	327 298,46	(185 492,55)
Depósitos a prazo			
SANTANDER D.PRAZO	3 474,00	4 974,00	(1 500,00)
	3 474,00	4 974,00	(1 500,00)
Total de caixa e depósitos bancários:	147 271,08	333 379,43	(186 108,35)

Não existem qualquer restrição à disponibilização / movimentação imediata dos valores existentes na rubrica de depósitos à ordem.

14. Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos Patrimoniais" tem o seguinte detalhe:

Descrição	31-12-2023	Aumento	Diminuições	Transferências	31-12-2024
Fundos Patrimoniais					
Fundos	141 340,44				141 340,44
Resultados Transitados	1 365 273,17		440 311,59		924 961,58
Outras variações no capital próprio	2 071 012,94	85 393,81	36 665,30		2 119 741,45
Resultado Líquido do Período	(440 311,59)		316 044,96	440 311,59	(316 044,96)
Saldo em 31 de dezembro	3 137 314,96	85 393,81	793 021,85	440 311,59	2 869 998,51

14.2 Resultados Transitados

A rubrica "Resultados Transitados" tem o seguinte detalhe:

Resultados transitados	2024	2023
	Total	Total
Saldo em 1 de janeiro	1 365 273,17	1 790 206,32
Diminuições do período		
Aplicação do resultado líquido do período anterior	(440 311,59)	(421 752,09)
Ajustamentos	-	(3 181,06)
Total das diminuições do período	(440 311,59)	(424 933,15)
Saldo em 31 de dezembro	924 961,58	1 365 273,17



Verificou-se a aplicação do resultado líquido de 2023 em resultados transitados, no montante de 440.311,59 euros (2023: 424.933,15 euros).

14.2 Ajustamentos/Outras variações no capital próprio

A rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	2024			2023		
	Subsídios	Doações	Total	Subsídios	Doações	Total
Saldo em 1 de janeiro	1 324 399,36	746 613,58	2 071 012,94	1 360 186,54	746 613,58	2 106 800,12
Aumentos do período						
Reconhecimento de subsídios ao investimento	85 293,00	-	85 293,00	-	-	-
Ajustamentos	100,81	-	100,81	-	-	-
Total dos aumentos do período	85 393,81	-	85 393,81	-	-	-
Diminuições do período						
Imputação de subsídios ao investimento a rendimentos do período	(36 665,30)	-	(36 665,30)	(35 787,18)	-	(35 787,18)
Total das diminuições do período	(36 665,30)	-	(36 665,30)	(35 787,18)	-	(35 787,18)
Saldo em 31 de dezembro	1 373 127,87	746 613,58	2 119 741,45	1 324 399,36	746 613,58	2 071 012,94

A Entidade, no ano de 2024, reconheceu como subsídio ao investimento:

- PRR – Mobilidade Verde => referente a aquisição de uma viatura elétrica afeta à valência do Serviço de Apoio Domiciliário, o qual é financiada até ao limite máximo de 25.000,00 euros; e,
- PARES – reconhecimento no montante de 60.295,00 euros referente ao PARES 3.0 que visa o desenvolvimento da resposta social elegível de Lar Residencial com capacidade de 30 utentes (24 lugares a remodelar e 6 lugares a criar), localizado no concelho de Castro Daire.

Adicionalmente, a Entidade realizou a imputação dos subsídios ao investimento registados na conta 593 (por contrapartida da conta 7883 – Imputação de subsídios para investimentos) no montante de 36.665,30 (2023: 35.787,18 euros).



15. Financiamentos Obtidos

A rubrica apresenta o seguinte detalhe:

RUBRICAS	Datas					
	31-12-2024			31-12-2023		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
BCP (FEI SOCIAL)	350 000,00	-	350 000,00	350 000,00	-	350 000,00
santander	74 074,06	64 814,82	138 888,88	138 888,88	55 555,56	194 444,44
BCP - apoio tesouraria	-	50 000,00	50 000,00	-	-	-
Totais	424 074,06	114 814,82	538 888,88	488 888,88	55 555,56	544 444,44

No ano de 2023, a Irmadade da Santa Casa de Misericórdia de Castro de Daire celebrou um contrato de financiamento com a Instituição Bancária "BPI" em 29-11-2023 na sequência da proposta apresentada e no âmbito da "Linha de Financiamento ao Setor Social", pelo montante global de 350.000,00 euros, com data de vencimento a 29-11-2033. A 31 de dezembro de 2024, encontrava-se em dívida o valor de 350.000,00 euros, com uma taxa de juro nominal de 4,194%. Este financiamento, tem uma garantia no montante de 280.000,00 euros de fiança/aval.

A Entidade dispõe de um contrato de financiamento com a Instituição Bancária "Banco Santander Totta" contratualizado em 07-06-2021, pelo montante global de 250.000,00 euros, com data de vencimento de 07-06-2027. A 31 de dezembro de 2024, encontrava-se em dívida o valor de 138.888,88 euros, com uma taxa de juro de 4,68%. Este financiamento, tem uma garantia no montante de 124.999,99 euros da Norgarante – Sociedade de Garantia Mútua, S.A.

Adicionalmente, a Entidade tem uma linha de apoio de tesouraria para antecipação dos recebimentos referentes à ACSS (Administração Central de Sistemas de Saúde), estando a 31 de dezembro de 2024, em dívida o montante de 50.000,00 euros.

16. Fornecedores

Esta rubrica tem o seguinte detalhe:

Rubricas	31-12-2024	31-12-2023	Variações 2024/2023
Fornecedores c/c	301 709,47	265 066,06	36 643,41
Totais	301 709,47	265 066,06	36 643,41

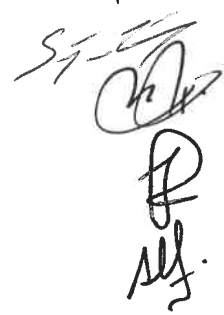
O saldo da rubrica de fornecedores a 31 de dezembro de 2024 era de 301.709,47 euros (2023: 265.066,06 euros), representando um aumento face ao período anterior no valor de 36.643,41 euros.



17. Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" apresenta o seguinte detalhe:

RUBRICAS	Datas		Variações 2024/2023
	31-12-2024 Total	31-12-2023 Total	
Credores por acréscimo de gastos	552 978,22	476 951,28	76 026,94
Remunerações a liquidar	473 138,31	466 913,64	6 224,67
Outros gastos acrescidos	79 839,91	10 037,64	69 802,27
Fornecedores de investimento	30 502,29	58 236,55	(27 734,26)
Outros Credores	23 207,57	21 686,31	1 521,26
Pessoal	306,13	262,21	43,92
Saldos credores de clientes	65 464,84	36 814,25	28 650,59
Totais	672 459,05	593 951,60	154 535,39



A variação da rubrica "Outros passivos correntes" deve-se ao seguinte:

- **"Credores por acréscimo de gastos"** é justificado pelo incremento na estimativa do gasto com férias, subsídio de férias e restantes encargos (*aumento de 6.224,67 euros*, face à estimativa do ano anterior), em consequência, do aumento do salário mínimo nacional. A rubrica inclui também, os outros gastos acrescidos, nomeadamente, os retroativos no valor de 72.067,82 euros. O remanescente refere-se as faturas de eletricidade, comunicações e gás emitidas em 2025, referentes ao período de faturação de 2024.
- **"Fornecedores de Investimento"** diminuiu face ao ano anterior no valor de 27.734,26 euros.
- **"Saldo credores de clientes"** diz respeito, essencialmente, aos valores de cofre no valor de 38.590,05 euros.

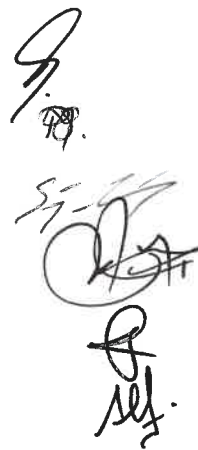
18. Vendas e Serviços Prestados

Esta rubrica tem o seguinte detalhe:

RUBRICAS	2024	2023	Variações 2024/2023
Prestação de serviços			
Utentes:			
Creche	4 161,34	18 714,32	(14 552,98)
Jardim de Infância	47 892,33	49 095,15	(1 202,82)
A.T.L.	16 628,74	19 904,05	(3 275,31)
Família e Comunidade	808,00	541,00	267,00
CAO -CACI	33 947,34	24 302,64	9 644,70
Lar Residencial	48 494,75	47 977,54	517,21
Residência Autónoma	7 417,80	7 417,80	-
Lares Idosos	783 488,51	702 590,21	80 898,30
Centro de Dia	30 113,74	32 445,99	(2 332,25)
Apoio Domiciliário	92 845,50	58 016,80	34 828,70
Gestao Camas Privadas	120 453,84	65 799,54	54 654,30
Unidade de Cuidados Continuados	163 891,14	138 321,15	25 569,99
OUTRAS ATIV. SOCIAIS (OAS)	1 645,48	1 321,77	323,71
VENDA ENERGIA -SU	569,64	1 078,93	(509,29)
Entidades Públicas			
CRECHE	378 653,50	278 883,12	99 770,38
JARDIM INFANCIA	57 615,78	46 751,52	10 864,26
ATL	6 985,98	11 768,82	(4 782,84)
Refeitórios Cantina Social	15 123,75	10 124,50	4 999,25
CACI	213 875,52	202 302,14	11 573,38
LAR RESIDENCIAL	397 649,97	356 756,99	40 892,98
RESIDENCIA AUTONOMA	76 564,65	109 491,53	(32 926,88)
ERPI	570 899,47	540 255,72	30 643,75
CENTRO DIA	13 211,78	15 737,21	(2 525,43)
SAD -SERV. APOIO DOMICILIARIO	125 359,15	114 878,80	10 480,35
Camas -Acordo Coop.(a Guarda) -ISS (viseu)	1 095,00	4 104,84	(3 009,84)
UCC- Média duração e reabilitação	62 944,00	67 518,30	(4 574,30)
UCC- Longa duração e manutenção	177 039,80	170 663,20	6 376,60
	3 449 376,50	3 096 763,58	352 612,92
Outras Entidades Públicas			
UCC - Média Duração e Reabilitação	423 794,69	400 165,06	23 629,63
UCC - Longa Duração e Manutenção	237 322,62	214 272,10	23 050,52
	661 117,31	614 437,16	46 680,15
Outros serviços			
Quotizações e jóias	7 995,00	5 408,00	2 587,00
Serviços secundários	55 402,66	52 129,26	3 273,40
	63 397,66	57 537,26	5 860,40
Volume de negócios	4 173 891,47	3 768 738,00	405 153,47

De acordo com o ponto 6.6 e 6.7 da Norma Contabilística e de Relato Financeiros para Entidades do Setor não Lucrativo, o reconhecimento das verbas provenientes de acordos de cooperação entre o Estado e as entidades do setor não lucrativo, em cumprimento da informação emanada da Comissão de Normalização Contabilística, datada de 24 de novembro de 2023, na qual esclareceu que:

- a) *quando o pagamento da participação estiver dependente da variação da frequência dos utentes, está-se perante uma prestação de serviços;* e,



b) quando o pagamento da participação ocorrer independentemente da variação ou frequência dos utentes, são atribuídas tendo em vista suportar os custos de funcionamento, estando-se perante a atribuição de um subsídio à exploração.

Dado que, o pagamento das participações está dependente da variação da frequência dos utentes e, seguindo os critérios da NCRF-ESNL, a Entidade reclassificou as participações recebidas da Segurança Social, contabilizando as participações para a conta 729.

Posto isto, o aumento observado em “Vendas e Prestação de Serviços” deve-se, essencialmente, às atualizações das participações financeiras recebidas pela Instituição, referentes aos acordos de cooperação realizados com o Instituto da Segurança Social.

As valências que registaram variações mais significativas, nas mensalidades, foram:

- Lar de Idosos apresenta um aumento face ao ano anterior no valor de 80.898,30 euros. O incremento observado diz respeito, principalmente, à entrada de 7 novos utentes;
- Gestão de Camas Privadas, observa-se um incremento no valor de 54.654,30 euros face ao período homólogo;
- O Apoio Domiciliário, comparativamente ao ano anterior aumentou no valor de 34.828,70 euros, resultante da atualização das mensalidades e do n.º médio de utentes; e,
- Creche, diminuiu face a 2023 no valor de 14.552,98 euros, resultante da medida do governo que permite que as crianças até aos três anos, podem usufruir gratuitamente das creches.

No que concerne às participações, podemos constatar o seguinte:

- Lares de idosos subdivide-se em:
 - Lar de S.Pedro: tem a capacidade para receber 52 pessoas com graus variados de dependência com as mais diversas patologias clínicas, sendo o acesso reservado a maiores de 65 anos ou excecionalmente menores dessa idade, mas portadores de doença que justifica a institucionalização. Tem sido habitual a plena lotação das vagas existentes. Os utentes dividem-se tendo em conta o seu género por, 42 mulheres e 10 de homens com uma média de idades de aproximadamente 85 anos. São na sua maioria pessoas dependentes em grau elevado.
 - Lar Padre Sebastião Vieira: é uma Estrutura Residencial para pessoas idosas desenvolvidas em alojamento coletivo que se destina a acolher de forma permanente ou temporária a pessoa idosa de ambos os sexos. A ERPI tem como missão ser uma “casa de família” dos seus utentes que necessitem de



assistência e apoio nas atividades de vida diária. O Lar Padre Sebastião Vieira tem capacidade para acolher 36 idosos.

- A unidade de cuidados continuados subdivide-se em longa e média duração, tendo as participações da ARS/ACSS ascendido a 661.117,31 euros (2023: 614.437,16 euros) e as participações do Centro Distrital da Segurança Social registaram 239.983,80 euros (2023: 238.181,50 euros);
- A creche aumentou no valor de 99.770,38 euros face ao período anterior; e,
- A Estrutura Residencial para as Pessoas Idosas (ERPI) aumentou no valor de 30.643,75 euros.

19. Subsídios, doações e legados à exploração

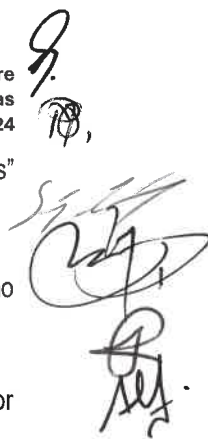
Descrição	2024	2023	Variações 2024/2023
RSI -Rend. Social Inserção -CMCD	85 958,00	85 957,53	0,47
Município de Castro Daire	3 035,00	2 650,00	385,00
IEFP	43 300,54	78 558,23	(35 257,69)
Doações e heranças (afetas a explorac.)	5 027,41	21 168,13	(16 140,72)
Total	137 320,95	188 333,89	(51 012,94)

A Entidade recebeu de subsídios, em 2024, por parte de outras entidades, o valor de 137.320,95 euros (2023: 188.333,89 euros).

20. Fornecimento e Serviços Externos

A rubrica "Fornecimento e Serviços Externos" apresenta a seguinte decomposição:

RUBRICAS	2024	2023	Variações 2024/2023
Combustíveis	154 999,57	154 636,00	363,57
Honorários	103 229,70	101 932,50	1 297,20
Electricidade	93 405,33	67 524,93	25 880,40
Trabalhos especializados	89 120,60	100 708,41	(11 587,81)
Conservação e reparação	61 134,98	55 705,86	5 429,12
Outros serviços	59 721,69	79 075,80	(19 354,11)
Seguros	21 444,75	18 662,76	2 781,99
Água	19 406,86	23 199,86	(3 793,00)
Subcontratos	14 810,00	6 977,50	7 832,50
Comunicação	13 994,26	12 851,76	1 142,50
Materiais	13 166,39	18 714,87	(5 548,48)
Rendas e alugueres	6 589,36	6 280,45	308,91
Comissões	4 920,00	-	4 920,00
Deslocações, estadas e transportes	1 796,66	3 073,26	(1 276,60)
Contencioso e notariado	270,14	659,74	(389,60)
Limpeza, higiene e conforto	162,60	155,01	7,59
Outros Fluidos	117,47	1 987,31	(1 869,84)
Vigilância e segurança	-	3 681,59	(3 681,59)
Total	658 290,36	655 827,61	2 462,75



De seguida apresentamos as principais variações da rubrica "Fornecimentos e Serviços externos" ao longo do ano de 2024:

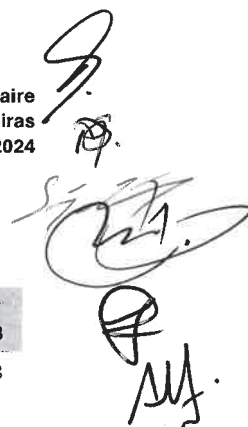
- **Eletricidade:** aumento no valor de 25.880,40 euros, referente ao aumento do consumo observado em 2024;
- **Trabalhos especializados:** comparativamente ao ano anterior, a rubrica diminuiu no valor de 11.587,81 euros;
- **Outros serviços:** inclui, essencialmente, os encargos de saúde com utentes e transporte de ambulâncias no valor de 47.339,11 euros (2023: 57.563,91 euros). Comparativamente ao ano anterior, a rubrica apresenta uma diminuição no valor de 10.224,80 euros.
- **Comissões:** apresenta um aumento no valor de 4.920,00 euros, resultante de uma fatura relativa à comissão pela alienação do imóvel, art.º 10601-E, sito na Praça Dr. Pedro Teotónio Pereira, 123, 125 e 127, da freguesia de Bonfim, concelho do Porto.

21. Gastos com o pessoal

A rubrica "Gastos com o pessoal" tem o seguinte detalhe:

RUBRICAS	2024	2023	Variações 2024/2023
Remunerações do pessoal	2 737 904,04	2 525 232,90	212 671,14
Indemnizações	8 900,28	2 051,86	6 848,42
Encargos sobre remunerações	547 817,73	529 890,32	17 927,41
Seguros	32 376,57	43 984,68	(11 608,11)
Outros gastos com pessoal	3 709,87	1 275,87	2 434,00
Total	3 330 708,49	3 102 435,63	228 272,86
Nº médio de colaboradores	202	200	2
Gasto médio por colaborador	16 488,66	15 512,18	976,48

O número médio de pessoas ao serviço da Instituição em 2024 foi de 202 e em 2023 foi de 200 (aumento de 2 colaboradores). Para além, da entrada de 2 novos colaboradores, o aumento dos gastos com o pessoal no montante de 228.272,86 euros, deve-se, essencialmente, às atualizações salariais e ao aumento do salário mínimo nacional.



22. Outros rendimentos

A rubrica "Outros rendimentos" tem o seguinte detalhe:

RUBRICAS	2024	2023	Variações 2024/2023
Correção de períodos anteriores	55 329,30	29 329,72	25 999,58
Imputação de subsídios para investimentos	36 665,30	35 787,18	878,12
Alienações	22 823,28	60,00	22 763,28
Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento	17 547,75	16 158,34	1 389,41
Outros rendimentos	16 367,76	8 578,50	7 789,26
Restituição de impostos	4 190,14	3 437,28	752,86
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 363,55	1 916,43	- 552,88
Rendimentos suplementares	1 322,87	838,80	484,07
Sinistros	427,91	2 513,02	(2 085,11)
Excesso da estimativa para impostos	-	6 194,07	(6 194,07)
Total	156 037,86	104 813,34	51 224,52

Os aumentos observados na rubrica de "outros rendimentos" dizem respeito, essencialmente:

- Correções de períodos anteriores: inclui, o valor de 22.604,89 euros referente a uma caução relativo a obras, cujo valor nunca foi reclamado; e,
- À alienação de um imóvel, art.º 10601-E, sito na Praça Dr.Pedro Teotónio Pereira, 123, 125 e 127, da freguesia de Bonfim, concelho do Porto, pelo montante de 50.000,00 euros, o qual gerou um ganho de 22.823,28 euros, ver nota 4, acima.

23. Outros gastos

A rubrica "Outros gastos" tem o seguinte detalhe:

RUBRICAS	2024	2023	Variações 2024/2023
Correções relativas a períodos anteriores	8 304,92	14 331,75	(6 026,83)
Outros não especificados	5 577,17	1 788,73	3 788,44
Impostos	3 722,95	1 962,22	1 760,73
Quotizações	2 840,00	2 840,00	-
Donativos	150,00	-	150,00
Total	20 595,04	20 922,70	(327,66)

24. Juros e gastos similares suportados

A rubrica "juros e gastos similares suportados" tem o seguinte detalhe:

RUBRICAS	2024	2023	Variações 2024/2023
Juros suportados	28 331,39	8 334,29	19 997,10
Outros gastos de financiamento	4 095,59	3 265,64	829,95
Total	32 426,98	11 599,93	20 827,05

25. Acontecimentos após a data do balanço

25.1 Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela Mesa Administrativa da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Castro Daire, no dia 13 de março de 2025. No entanto, os membros da Mesa Administrativa poderão em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

25.2 Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

No entanto, em relação às perspetivas futuras, a Mesa Administrativa continua apreensiva quanto aos impactos negativos que irão continuar a decorrer da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, tendo alguns já se sentido, nomeadamente, na subida do preço dos combustíveis e bens de primeira necessidade, mas são ainda neste momento desconhecidos a médio/longo prazo.

Nesta data, não existe informação que nos permita quantificar, com algum grau de certeza, os impactos que se poderão verificar nas várias dimensões em que a Instituição se insere, nomeadamente, de natureza social, política, económica, financeira, entre outros.

26. Outras informações

No dia 03 de fevereiro de 2025, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Castro Daire, recebeu um parecer favorável do Fundo de Socorro Social quanto à atribuição de um subsídio no montante de 250.000,00 euros para equilíbrio financeiro.

O Fundo de Socorro Social destina-se a prestar apoio às instituições particulares de solidariedade social ou instituições equiparadas e a famílias. Este apoio tem uma natureza de subsídio à exploração não reembolsável.

27. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Castro Daire, apresenta uma dívida ao Estado no montante de 11.970,39 euros referente ao apuramento do IVA do mês de dezembro de 2023, o qual se encontra a amortizar em prestações mensais.

A Santa Casa de Misericórdia de Castro Daire não apresenta dívidas ao Estado e à Segurança Social em situação de mora.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade.

A celeridade no recebimento das participações recebidas da Segurança Social, e o facto de serem processadas tendo por base apenas o N.º de Utentes afetos a cada valência, é também um fator de segurança financeira para a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Castro Daire e que lhe permite assegurar o pressuposto da continuidade.

28. Termo de Responsabilidade

A Mesa Administrativa e o Contabilista Certificado, confirmam que à data de 31 de dezembro de 2024, para além dos factos mencionados em anteriores notas:

- Para além das divulgadas no Anexo, não existem quaisquer outras responsabilidades com garantias, hipotecas e penhores a favor de terceiros;
- Não existem processos concluídos ou em curso (em fase de recurso hierárquico ou judicial) contra a Instituição, decorrente de levantamentos processuais referentes a contingências fiscais, legais ou laborais, ou de outra natureza, para os quais a Instituição, no âmbito da NCRF-ESNL, seja obrigada a constituir ou divulgar as respetivas responsabilidades nas suas demonstrações financeiras.

Castro Daire, 13 de março de 2025

Mesa Administrativa



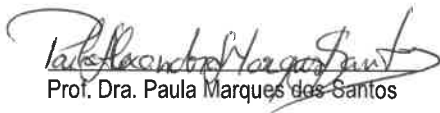
Dra. Débora Maria da Silva Soares



Sr. Manuel de Paiva Loureiro



Sr. Sérgio Daniel Oliveira Teixeira

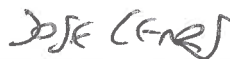


Prof. Dra. Paula Marques dos Santos



Sr. José Alfredo Portelo Monteiro

O Contabilista Certificado



Dr. José Lemos (CC n.º 4 247)



*Santa Casa da
Misericórdia
Castro Daire*

Castro Daire, 12 de março de 2025

Prezados Irmãos,

Serve a presente para remeter em anexo a Convocatória para a Assembleia Geral Ordinária.

Aproveitamos o ensejo para rogar aos Irmãos o favor de proceder ao pagamento das quotas eventualmente em atraso.

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

- Albino José Paças Oliveira Guerra -



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – DIA 29/03/2025

CONVOCATÓRIA

ALBINO JOSÉ POÇAS DE OLIVIERA GUERRA, PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASTRO DAIRE

CONVOCA, nos termos do nº 1 do artigo 23º e para efeitos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 21.º e alínea b) do nº 2 do artigo 22.º do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Castro Daire, conjugados com a alínea c) do artigo 59.º -A e do artigo 60.º do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social – IPSS – aprovado em anexo ao Decreto – Lei 172-A/2014, de 14 de novembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 76/2015, de 28 de Julho, a **Assembleia Geral de Irmãos para a reunião que se realizará, no dia 29 de março de 2025, pelas 16 horas, no Auditório da Santa Casa da Misericórdia de Castro Daire, sito na Av. da Misericórdia, nº 38, nesta vila de Castro Daire, com a seguinte:**

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO 01 – Apreciação, discussão e votação do Relatório de Atividades e Contas do Exercício do ano de 2024 e do Parecer do Conselho Fiscal, nos termos das sobreditas disposições legais e estatutárias;

PONTO 02 – Outros assuntos de interesse para a Instituição.

Nota:

1 – A Assembleia Geral reúne à hora marcada se estiver presente mais de metade dos Irmãos com Direito a Voto; ou meia hora depois, com qualquer número de Irmãos presentes ou representados, em segunda convocação, nos termos do nº 1 do artigo 24.º do Compromisso;

Santa Casa da Misericórdia de Castro Daire, 12 de março de 2025

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

- Albino José Poças Oliveira Guerra -





Santa Casa da
Misericórdia
Castro Daire

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos catorze dias do mês de Março de dois mil e vinte cinco, pelas dezoito horas e trinta minutos, reuniu o Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Castro Daire, devidamente convocado para o efeito, encontrando-se presentes o Senhor, Hernâni Marcelino de Almeida, Presidente, o Dr. Pedro Miguel Sousa Almeida Moita, Vice-Presidente, e o Senhor Evaristo Pina Rodrigues, Secretário. -----

Nos termos do artigo 30º e artigo 31º do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Castro Daire, conjugada com o segmento final da alínea b) do nº1 do artigo 14 do Estatuto das IPSS, aprovado pelo Decreto-Lei nº 172-A/2014, de 14 de Novembro, alterado pela Lei nº 76/2015, de 28 de Julho, revogando alínea b) do Decreto-Lei nº 119/83 de 25 de Fevereiro, vem o Conselho Fiscal emitir Parecer sobre o Relatório de Atividades E Contas do Período de 2024.-----

Os documentos que foram analisados merecem o seguinte comentário:

Os documentos em apreciação (Relatório e Contas 2024), encontram-se elaborados em conformidade com as normas contabilísticas – Sistema Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC- ESNL), pelo que depois de, devidamente apreciados e discutidos devem ser votados e aprovados pela Assembleia Geral de Irmãos do dia 29-03-2025.

Assim, este Conselho Fiscal vem por esta forma escrita emitir o seu **parecer favorável** do Relatório de Atividades e Contas do Período 2024 e propõe à Assembleia Geral de irmãos a sua aprovação.-----

Este Conselho Fiscal continua a manifestar preocupação com o Resultado Líquido do exercício de 2024, tornando-se imperativa a inversão da situação atual.-----

Desejamos ainda a todos os Irmãos da Instituição, utentes, e demais Colaboradores, bem como aos restantes elementos dos Corpos Sociais, muita saúde e muita Bênção de Deus.-----

CASTRO DAIRE, 14 DE MARÇO DE 2025

O CONSELHO FISCAL

Pedro Miguel Sousa Almeida Moita
Evaristo Pina Rodrigues